

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A globalização da economia mundial e o crescente protagonismo do Brasil levam, cada vez mais a CSN, a considerar a internacionalização de suas operações como estratégia de negócios. Em 2012, mais um passo foi dado nessa direção, com a compra da siderúrgica alemã Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT). Com capacidade de produção de 1,1 milhão de toneladas de aços longos por ano, a planta é uma das mais eficientes da Europa.

A SWT se junta às duas outras unidades operacionais da CSN no exterior: a CSN LLC, em Terre Haute, nos Estados Unidos, e a Lusosider, em Portugal. Tanto a Europa como os Estados Unidos são mercados maduros, com perspectiva positiva a médio prazo.

A chegada da SWT e a constante melhoria de produtividade das operações no Brasil levaram a CSN a um novo recorde histórico em 2012: a receita líquida consolidada atingiu R\$ 16,9 bilhões.

A receita líquida no segmento siderúrgico foi de R\$ 10,8 bilhões em 2012. O volume vendido foi recorde: 5,8 milhões de toneladas, 19% maior que o registrado no ano anterior. Recorde também no mercado interno onde a Companhia vendeu 4,5 milhões de toneladas de aços planos.

Nascida a partir da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, na década de 40, a CSN é hoje um dos maiores grupos siderúrgicos integrados do País. As atividades de mineração, cimento, energia e logística se complementam, trazendo sinergias e ganhos de produção. Em 2012 os investimentos realizados pela CSN em todas as suas atividades totalizaram R\$ 3,1 bilhões. E o futuro é promissor. Nos próximos meses entrará em funcionamento a nova fábrica de aços longos em Volta Redonda. Será o ingresso definitivo da CSN nesse mercado, justamente num momento de prolongada expansão da construção civil no País. Nesta trajetória, alcançamos também em 2012, significativo avanço na produção de cimentos, com a comercialização de 2 milhões de toneladas do produto.

Com apostas no crescimento do mercado interno e no posicionamento estratégico global, a CSN diversifica suas atividades para garantir um futuro sólido.

Benjamin Steinbruch

Presidente do Conselho de Administração

2 A EMPRESA

A CSN é uma empresa altamente integrada, com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia. A Companhia atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

Em 2012 o volume de aço comercializado pela CSN atingiu o recorde de 5,8 milhões de toneladas, um crescimento de 19% em relação a 2011, com forte ênfase para as vendas no mercado interno, que totalizaram 4,5 milhões de toneladas.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a CSN com minério de ferro de alta qualidade, necessário à produção siderúrgica. Com reservas provadas e prováveis de 1,6 bilhão de toneladas, a mina de Casa de Pedra tem capacidade atual de produção de 21 milhões de toneladas por ano.

A partir de 2007 a CSN, com sua controlada em conjunto NAMISA, comercializa minério de ferro no mercado transoceânico. A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o Tecar, por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres (Sepetiba Tecon). Com a mina de Casa de Pedra, a CSN vem firmando sua posição como um importante player no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo, em conjunto com a NAMISA, o segundo maior produtor nacional. As exportações de minério de ferro são efetuadas basicamente para a Ásia, Europa e Oriente Médio.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar em 2009 no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de aço bruto.

Além do suprimento de calcário para a produção de aço na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, a mina de Arcos, em Minas Gerais, passou a fornecer a partir de 2011, calcário não siderúrgico para a produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação de cimento. Assim a CSN demonstra cada vez mais integração entre suas atividades, verticalizando a produção e ganhando em competitividade e rentabilidade.

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país e vem investindo desde 1999 em projetos e ativos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência. A capacidade de geração média de 428 MW da CSN atende a necessidade total de energia elétrica do grupo.

3 PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Dentro dos cinco segmentos em que atua de forma altamente integrada, a CSN investe na modernização de suas unidades, bem como na expansão de sua capacidade de produção, buscando sempre maximizar o retorno aos seus acionistas. Além dos investimentos em projetos de crescimento orgânico, a Companhia analisa oportunidades de aquisição e aliança estratégica no Brasil e no exterior.

3.1 - SIDERURGIA

A Usina Presidente Vargas é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. No ano de 2012, a usina produziu 4,8 milhões de toneladas de aço bruto, enquanto a produção de laminados atingiu 4,7 milhões de toneladas.

Com relação a aços planos, a CSN vem ampliando seus centros de serviços, como a ampliação da unidade de Porto Real, filial da Companhia voltada para o setor automobilístico, além de desenvolver projetos de expansão da planta de pré-pintados no Paraná.

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, por meio da construção de uma unidade em Volta Redonda, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina.

A Companhia conta ainda com subsidiárias no exterior, a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua em laminação a frio e galvanização, a Lusosider, em Paço Pires, Portugal, que produz laminados revestidos e a SWT, localizada em Unterwiesenthal, na Alemanha. A SWT, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas anuais de perfis de aço destinados à construção civil e industrial, foi adquirida em janeiro de 2012.

3.2 - MINERAÇÃO

A CSN está posicionada como a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da NAMISA, a CSN comercializou em 2012 um volume de 25,8 milhões de toneladas. Além disso, em 2012, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6,1 milhões de toneladas de minério de ferro. Os projetos de expansão em andamento visam atingir uma capacidade total de comercialização de 89 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Paralelamente, a CSN trabalha na expansão do Tecar, no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, no sentido de atingir uma capacidade de embarque total de 84 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

3.3 - CIMENTO

A CSN implantou em 2009 a sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas anuais, que produziu e comercializou em 2012, cerca de 2,0 milhões de toneladas de cimento.

Com o crescimento esperado para o mercado de cimento doméstico, a CSN está estudando a expansão de sua capacidade de produção de cimento para 5,4 milhões de toneladas anuais.

3.4 - LOGÍSTICA

Portos

O Sepetiba Tecon, administrado pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

Para a expansão do Sepetiba Tecon estão sendo realizados investimentos em infraestrutura, como a equalização do berço 301 e novos equipamentos. Este projeto tem como objetivo transformar o Berço 301 em um cais contínuo, permitindo operação simultânea de navios de grande porte, o que elevará sua capacidade.

Ferrovias

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística e a Transnordestina Logística S.A.

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro exportado e do carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço e do cimento produzidos pela CSN.

TRANSNORDESTINA

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA), com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros.

A participação da CSN no capital social da TLSA ao final de 2012 atingiu 76,13%.

A relação completa dos investimentos em empresas coligadas e/ou controladas, bem como as movimentações ocorridas no exercício de 2012 estão descritas na Nota Explicativa nº 9 que integra as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

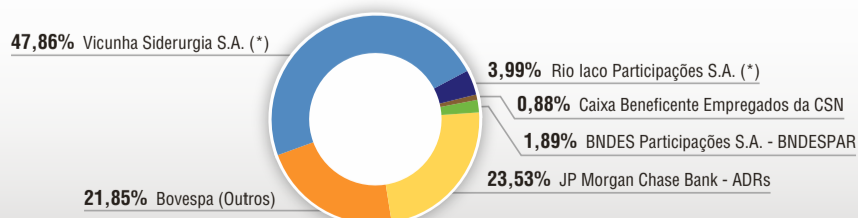
Relações com Investidores

Em 2012 a CSN continuou a aperfeiçoar sua comunicação com o mercado financeiro, melhorando a percepção dos investidores sobre os fundamentos da Companhia e contribuindo para a redução de seus custos de captação. Nesse sentido, a Companhia participou em cerca de 300 reuniões e *conference calls*, com mais de 600 analistas e investidores.

Capital Social

A CSN é controlada pela Vicunha Siderurgia S.A. e pela Rio Iaco Participações S.A., que detêm respectivamente 47,86% e 3,99% do capital total da empresa. A administração compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL 31/12/2012 (%)



- Todas as ações da CSN são ON, garantindo a cada uma, um voto nas Assembleias de Acionistas;
- Mais de 45% das ações da CSN são negociadas em Bolsas de Valores, principalmente na BOVESPA e na NYSE.

Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, a Assembleia Geral de Acionistas, órgão soberano, reúne-se para deliberar, entre outras matérias, sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, a apresentação das contas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Sempre que necessário, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) a 11 (onze) membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de um ano, com possibilidade de reeleição. O papel do Conselho de Administração consiste, entre outras atribuições, em definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes para os negócios e operações da CSN. O Conselho de Administração é responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva podendo, se necessário, criar comitês especiais de assessoramento para auxílio na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por 07 (sete) Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem autonomia para a tomada de decisões no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: revisar, considerar e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como supervisionar a atuação das auditorias interna e externa. Com relação à contratação de auditores externos, são adotados procedimentos visando assegurar que não ocorram conflitos de interesse, dependência ou perda de objetividade do auditor no seu relacionamento com a Companhia.

Auditoria Interna

A CSN dispõe de Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, que assessora e relata fatos relevantes ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva. Cabe ainda à auditoria interna analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas do grupo CSN, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados, com aprimoramento dos processos e controles internos, seja para melhoria da performance financeira e operacional das empresas, bem como para prevenir riscos de perdas, fraudes e, consequentemente, o comprometimento da imagem corporativa. A CSN disponibiliza canais de comunicação que permitem a funcionários, clientes, fornecedores e terceiros, denunciarem atos ilícitos ou transgressões contra a Companhia que possam afetar as demonstrações financeiras da CSN e de suas empresas.

Auditores independentes

Os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que em 2012 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento, tanto da Companhia, quanto dos seus auditores independentes, que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Honorários de auditoria

Referem-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão de relatórios trimestrais da Companhia.

Honorários relacionados à auditoria

Referem-se à elaboração e emissão de cartas de "conforto" relacionadas aos bonds emitidos por subsidiárias da Companhia no exterior e processos de "due diligence".

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores

	(R\$ mil)
Honorários de auditoria	2.992
Honorários relacionados à auditoria	1.899
Total	4.891

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria, para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 26 de março de 2013 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia está na fase final da certificação de seus controles internos relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2012 (CSN e suas subsidiárias), em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2012, foram realizados testes para avaliar a eficácia dos controles internos da CSN (Usina Presidente Vargas, Casa de Pedra e CSN Porto Real), CSN Cimentos, CSN LLC, Prada (Distribuição e Embalagens) e Transnordestina Logística S.A. - TLSA, empresas consideradas relevantes para a certificação da SOX, sendo sua avaliação iniciada em maio de 2012. Os gestores de cada processo foram responsáveis pela execução de testes e monitoramento das melhorias identificadas e reportadas. Cabe ressaltar que os processos de fechamento contábil e divulgação ao mercado financeiro e Entity Level são corporativos e contemplam todas as empresas do grupo, exceto a NAMISA, que possui estrutura própria para execução e atividades de controle.

Código de Ética

As empresas CSN dispõem de um Código de Ética desde 1998. O código normalmente é entregue aos colaboradores por ocasião do treinamento de integração corporativa.

O Código de Ética das empresas do grupo, além de reunir os padrões de conduta pessoal e profissional esperados nas relações mantidas com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, comunidades, concorrentes e com o meio ambiente, é também uma declaração da conduta corporativa e dos compromissos dos colaboradores. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço www.csn.com.br.

Um dos aspectos tratados no Código de Ética, desde sua criação, é a orientação sobre "Negócios com Ações da Empresa", com base na Instrução CVM 358/2002.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A CSN tem Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que determina que toda divulgação seja feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM 358/2002, atendendo também à seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da SOX. Todo Ato ou Fato Relevante é divulgado nos mercados em que as ações da empresa estão listadas, brasileiro e norte-americano.

5 INOVAÇÃO

Visando atender novas demandas do mercado e expectativas de seus clientes, a CSN vem investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, com destaque para:

- Aços estruturais mais leves para carrocerias de automóveis e ônibus, contribuindo para a redução do consumo de combustível;
- Aços pré-pintados com revestimento organometálico para utilização em tanques de combustíveis para a indústria automotiva, eliminando etapas da cadeia produtiva;
- Aços extrafinos avançados ("CSN Extra Fino®") para produtos de linha branca e móveis de aço.

6 PESSOAS

O modelo de gestão de pessoas da CSN é baseado em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar, investindo nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização.

Contando com cerca de 21 mil colaboradores, a CSN busca direcionar suas ações de recursos humanos para promover, sustentar e acelerar o desenvolvimento dos talentos internos, visando atender as demandas de crescimento do grupo e sustentabilidade dos negócios.

Em 2012 foi realizado o 2º módulo da Escola de Líderes, com o objetivo de desenvolver o gerenciamento dos recursos humanos de forma estratégica. Este programa contou com a participação de 283 Executivos e 695 Coordenadores e Supervisores.

A Companhia vem investindo ainda na capacitação de Trainees e Jovens Profissionais, visando desenvolver suas competências pessoais e organizacionais. Estes programas buscam atrair talentos para atender as demandas futuras de recursos humanos da empresa.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm por objetivo valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando a parceria com o poder público e a sociedade civil. Em 2012, foram investidos mais de R\$ 13 milhões nas áreas de educação e cultura. Estes investimentos são efetuados por meio de iniciativas da Fundação CSN e a partir de projetos desenvolvidos por instituições externas, através de mecanismos de incentivo fiscal. Entre as iniciativas patrocinadas estão o espetáculo "Um Violinista no Telhado", o Memorial da Imigração Judaica e o CD "Coral Cidade dos Profetas".

A CSN patrocinou também projetos de instituições inscritas nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente como a APAE de Cruzeiro, sendo os recursos direcionados a Fundos da Infância e da Adolescência.

8 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade pela sustentabilidade integra a Missão e os Valores da CSN. Além do sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14.001 em suas principais unidades, a CSN busca constantemente a integração de suas atividades, otimizando o uso dos recursos naturais.

Ao longo de 2012 a CSN realizou o inventário das emissões de gases de efeito estufa nas suas principais unidades, visando a elaboração de estratégias para gestão de carbono e mitigação das emissões, além da preparação para o cumprimento das metas estipuladas em legislações de clima, a nível nacional. A CSN vem analisando os efeitos das mudanças climáticas e da escassez de recursos hídricos sobre seus negócios, através da participação no Carbon Disclosure Initiative. A Companhia participa também do Fórum Clima, organizado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, para discutir as mudanças na legislação pertinente.

Em 2012 a CSN desenvolveu um diagnóstico sobre o desempenho de suas principais unidades, com relação às questões ambientais, sociais e econômicas, visando a elaboração de um relatório de sustentabilidade no modelo *Global Report Initiative* (GRI).

O Conselho Externo de Sustentabilidade da empresa fornece diretrizes para que novos conceitos de sustentabilidade permeiem as decisões estratégicas da Companhia.

9 DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da Companhia Siderúrgica Nacional aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011		2012	2011		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.444.875	15.417.393	2.995.757	2.073.244		241.291	202.469	130.014	123.839
Contas a receber	5	1.794.566	1.616.206	2.146.909	3.516.800		1.957.789	1.232.075	1.193.726	667.886
Estoques	6	3.580.025	3.734.984	2.704.302	2.885.617		336.348	325.132	118.365	122.648
Outros ativos circulantes	7	1.302.479	1.175.723	539.478	411.292	12	2.295.409	2.702.083	2.621.503	4.330.141
Total do ativo circulante		21.121.945	21.944.306	8.386.446	8.886.953	14	1.221.350	1.728.445	1.383.179	1.872.865
Não Circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações Financeiras		116.753	139.679			16	355.889	292.178	253.973	225.997
Tributos diferidos	8	2.372.501	1.840.773	1.869.775	1.300.650			14.565		8.133
Outros ativos não circulantes	7	1.648.056	2.876.269	1.656.957	2.552.287					
		4.137.310	4.856.721	3.526.732	3.852.937					
Total do ativo não circulante		28.173.283	24.925.396	38.539.088	36.695.864					
TOTAL DO ATIVO		49.295.228	46.869.702	46.925.534	45.582.817					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Circulante										
Obrigações sociais e trabalhistas							241.291	202.469	130.014	123.839
Fornecedores							1.957.789	1.232.075	1.193.726	667.886
Obrigações fiscais							336.348	325.132	118.365	122.648
Empréstimos e financiamentos						12	2.295.409	2.702.083	2.621.503	4.330.141
Outras obrigações						14	1.221.350	1.728.445	1.383.179	1.872.865
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis						16	355.889	292.178	253.973	225.997
Outras provisões								14.565		8.133
Total do passivo circulante							6.408.076	6.496.947	5.700.760	7.351.509
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12	27.856.350	25.186.505	21.518.489	19.005.495					
Outras obrigações	14	4.388.451	5.593.520	8.927.096	9.718.976					
Tributos diferidos	8	284.110	37.851							
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	371.697	346.285	344.951	262.432					
Plano de pensão e saúde	28	565.591	469.050	565.556	469.027					
Outras provisões		413.440	322.374	1.251.785	789.557					
Total do passivo não circulante		33.879.639	31.955.585	32.607.877	30.245.487					
Patrimônio líquido										
Capital social integralizado		4.540.000	1.680.947	4.540.000	1.680.947					
Reservas de capital		30	30	30	30					
Reservas de lucros		3.690.543	7.671.620	3.690.543	7.671.620					
Outros resultados abrangentes		386.324	(1.366.776)	386.324	(1.366.776)					
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		8.616.897	7.985.821	8.616.897	7.985.821					
Participação acionistas não controladores		390.616	431.349							
Total do patrimônio líquido		9.007.513	8.417.170	8.616.897	7.985.821					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.295.228	46.869.702	46.925.534	45.582.817					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(12.072.206)	(9.800.844)	(8.039.597)	(7.257.670)
LUCRO BRUTO		4.824.058	6.718.740	2.601.020	3.496.917
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	(931.525)	(604.108)	(320.722)	(335.302)
Despesas gerais e administrativas	23	(576.514)	(575.585)	(332.425)	(355.914)
Resultado da equivalência patrimonial		(952)		1.331.593	4.397.137
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(2.673.370)	217.875	(1.688.194)	(203.748)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		641.697	5.756.922	1.591.272	6.999.090
Resultado financeiro líquido	25	(1.992.405)	(2.005.803)	(3.033.404)	(3.533.524)
(PREJUÍZO)/LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.350.708)	3.751.119	(1.442.132)	3.465.566
Imposto de renda e contribuição social	8	870.134	(83.885)	1.022.019	240.467
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores		(420.113)	3.706.033	(420.113)	3.706.033
Participação dos acionistas não controladores		(60.461)	(38.799)		
(PREJUÍZO)/LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM R\$)	27	(0,28815)	2,54191	(0,28815)	2,54191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Outros Resultados abrangentes					
Ajustes acumulados de conversão do período (Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos		147.735	195.046	147.735	195.046
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos		106.209	(74.331)	106.209	(74.331)
Ganho na realização de ativos disponíveis para venda		(8.329)	(621.312)	(8.329)	(621.312)
Impairment de ativos disponíveis para venda, líquido de impostos		1.507.485	(698.164)	1.507.485	(698.164)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.753.100	(1.198.761)	1.753.100	(1.198.761)
Atribuível à:		1.272.526	2.468.473	1.332.987	2.507.272
Participação dos acionistas controladores		1.332.987	2.507.272	1.332.987	2.507.272
Participação dos acionistas não controladores		(60.461)	(38.799)		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.272.526	2.468.473	1.332.987	2.507.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Receitas					
Vendas mercadorias, produtos e serviços		19.882.933	19.525.854	13.348.805	13.396.286
Outras receitas/(despesas)		62.096	632.798	58.578	(5.367)
Provisão/reversão créditos liquidação duvidosa		13.407	(990)	15.016	2.222
Total		19.958.436	20.157.662	13.422.399	13.393.141
Insumos adquiridos de Terceiros					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(9.946.475)	(8.591.341)	(7.644.242)	(6.953.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.163.738)	(1.414.706)	(1.129.547)	(784.079)
(Perda)/recuperação de valores ativos		(2.051.301)	(21.935)	(1.257.625)	(17.050)
Total		(14.161.514)	(10.027.982)	(10.031.414)	(7.754.533)
Valor adicionado bruto		5.796.922	10.129.680	3.390.985	5.638.608
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	10.b	(1.230.651)	(948.251)	(920.547)	(761.060)
Valor adicionado líquido produzido		4.566.271	9.181.429	2.470.438	4.877.548
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	952		1.331.593	4.397.137
Receitas financeiras/variações cambiais ativas		1.445.319	2.817.667	508.888	416.732
Outros		3.008	9.402	(265)	2.496
Total		1.449.279	2.827.069	1.840.216	4.816.365
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		6.015.550	12.008.498	4.310.654	9.693.913
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		1.816.844	1.485.903	926.812	1.051.880
Impostos, taxas e contribuições		1.229.221	2.025.300	257.147	984.812
Despesas financeiras e alugueis		3.450.059	4.830.061	3.546.808	3.951.188
Dividendos e juros sobre o capital próprio			936.908		926.508
(Prejuízo) do exercício/Lucros retidos		(420.113)	2.769.125	(420.113)	2.779.525
Participação dos não controladores		(60.461)	(38.799)		
Valor adicionado distribuído		6.015.550	12.008.498	4.310.654	9.693.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos		2.249.123	2.650.622	2.474.810	2.767.087
Depreciação/exaustão/amortização	10.b	1.230.651	948.251	920.547	761.060
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	952		(1.331.593)	(4.397.137)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(1.075.156)	(52.542)	(1.022.019)	(240.467)
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas, Cíveis e Ambientais		252.432	62.746	263.004	70.403
Variações monetárias e cambiais líquidas		996.810	(250.083)	483.201	794.544
Resultado das operações com derivativos		4.975	110.009	9.166	20.594
Impairment título disponível para venda		2.022.793		1.245.024	
Realização de título disponível para venda			(698.164)		
Valor residual de bens permanentes baixados		5.246	54.727	3.617	15.601
Perdas estimadas s/ títulos a receber		(30.655)	(11.412)	(29.955)	(11.249)
Provisão passivo atuarial		70.252	(19.462)	(44.909)	(43.178)
Outras provisões		5.246.849	6.461.926	2.550.780	3.326.955
Redução (Aumento) dos ativos					
Contas a receber - terceiros		(237.873)	(339.427)	90.402	(324.125)
Contas a receber - intercias.				1.178.457	(916.200)
Estoques		200.893	(410.264)	117.202	(197.446)
Créditos com partes relacionadas		(3.774)	471.666	31.238	1.022.436
Impostos a compensar		139.823	16.700	146.080	(32.919)
Depósitos judiciais		39.023	(20.253)	15.263	(25.662)
Dividendos recebidos partes relacionadas				275.806	660.489
Outros ativos		67.021	50.916	3.982	3.908
Total		205.113	(230.662)	1.858.430	190.481
Aumento (Redução) dos passivos					
Fornecedores		663.198	544.300	440.823	143.683
Salários e encargos sociais		(91.447)	(47.072)	(111.631)	(61.070)
Tributos		74.982	135.765	131.234	139.505
Tributos Parcelados Refis		(255.338)	(296.304)	(254.	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por ação)

	Reserva de capital		Reservas de lucros					Resultados Abrangentes					Total do Patrimônio Líquido	Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido		
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estatutária	A realizar	Investimentos	Dividendos e JCP adicionais propostos	Ações em tesouraria	Total	Lucros Acumulados	Ajustes acumulados de conversão	(Perdas)/ ganhos atuariais de plano de benefício definido				Ativos disponíveis para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.680.947	30	336.190		3.779.357	1.346.724	1.227.703	(570.176)	6.119.798		(688.598)	(31.878)	552.461	(168.015)	7.632.760	189.928	7.822.688
Lucro Líquido do exercício									3.706.033						3.706.033	(38.799)	3.667.234
Resultados abrangentes, líquidos de impostos										195.046	(74.331)	(1.319.476)	(1.198.761)	(1.198.761)			(1.198.761)
Resultado abrangente do exercício									3.706.033	195.046	(74.331)	(1.319.476)	(1.198.761)	2.507.272	(38.799)		2.468.473
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais						(1.227.703)		(1.227.703)							(1.227.703)		(1.227.703)
Cancelamento de ações em tesouraria						(570.176)		570.176									
Destinações:																	
Dividendos declarados (R\$ 635,48 por lote de mil ações)										(926.508)					(926.508)		(926.508)
Dividendos propostos à Assembleia Geral (R\$ 187,58 por lote de mil ações)							273.492		273.492	(273.492)							
Reserva estatutária			1.938.033					1.938.033	(1.938.033)								
Reserva Investimentos						568.000		568.000	(568.000)								
Reserva de lucros a realizar				3.779.357	(3.779.357)												
Participação dos não controladores															280.220		280.220
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.680.947	30	336.190	5.717.390			1.344.548	273.492	7.671.620	(420.113)	(493.552)	(106.209)	(767.015)	(1.366.776)	7.985.821	431.349	8.417.170
Prejuízo do exercício									(420.113)						(420.113)	(60.461)	(480.574)
Resultados abrangentes, líquidos de impostos										147.735	(22.210)	1.499.156	1.624.681	1.624.681			1.624.681
Reclassificação perdas atuariais									(128.419)		128.419		128.419				
Resultado abrangente do exercício									(548.532)	147.735	106.209	1.499.156	1.753.100	1.204.568	(60.461)		1.144.107
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais							(273.492)		(273.492)						(273.492)		(273.492)
Aumento Capital	2.859.053			(2.291.053)		(568.000)			(2.859.053)								
Absorção do prejuízo exercício 2012				(420.113)					(420.113)								
Absorção perdas atuariais				(128.419)					(128.419)	128.419							
Destinações:																	
Dividendos declarados em 26 de dezembro de 2012 (R\$ 205,77 por lote de mil ações)							(300.000)		(300.000)						(300.000)		(300.000)
Juros sobre Capital Próprio declarados em 26 de março de 2013 (R\$ 384,10 por lote de mil ações)				(83.452)		(476.548)	560.000									19.728	19.728
Participação dos não controladores																	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.540.000	30	336.190	2.794.353			560.000	273.492	3.690.543	(345.817)	732.141	386.324	8.616.897	390.616	9.007.513		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

• Siderurgia:

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

• Mineração:

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• Cimentos:

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomita da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

• Logística
Ferrovias:

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

• Energia:

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos do Grupo na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério de custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de março de 2013.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Participação direta em controladas:			
consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua Inc. (1)	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A.	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Florestal Nacional S.A.	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de estanho
Cia. Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística S.A.	76,13	70,91	Logística ferroviária
TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A.	99,99		Logística ferroviária
Participação indireta em controladas:			
consolidação integral			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S.A.	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance (UK) Ltd. (1)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	59,17	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	58,96	58,08	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda.	58,98	58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda.	58,98	58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Empresa de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thüringen GmbH (2)	100,00		Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.z.o.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística S.A.	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
CGPAR - Construção Pesada S.A. (3)	50,00		Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Participação indireta em controladas em conjunto: consolidação proporcional			
Namisa International Minérios S.L.U.	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH (4)	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A.	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metaller do Brasil S.A. (5)	20,00		Metalurgia e participações societárias

(1) Empresas liquidadas em 2012.

(2) Empresas adquiridas em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 9.e).

(3) Participação adquirida em julho de 2012 (vide nota 9.d).

(4) Nova razão social da Aloadus Handel GmbH, alterado em 13 de agosto de 2012.

(5) Participação adquirida em 31 de julho de 2012 (vide nota 9.f).

Fundos Exclusivos

Fundos Exclusivos	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação: Os ganhos não realizados em transações com controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas
Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em conjunto
As demonstrações financeiras de controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

Coligadas
Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Transações e participações de não controladores
A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Demonstração financeira individual
Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

(d) Moedas estrangeiras
i. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.
ii. Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2012 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.
Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de dezembro de 2012, US\$ 1 equivale a R\$ 2,0435 (R\$ 1,8758 em 31 de dezembro de 2011), EUR 1 equivale a R\$ 2,6954 (R\$ 2,4342 em 31 de dezembro de 2011) e JPY 1 equivale a R\$ 0,02372 (R\$ 0,02431 em 31 de dezembro de 2011).
Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.
As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.
As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio. A partir de 2012, em função de mudanças ocorridas nas operações da controlada Namisa Europe, sua moeda funcional passou do dólar-norte americano para o real.

iii. Empresas do Grupo
Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:
• Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
• As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
• Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

(e) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

(f) Contas a receber de clientes
Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

(g) Estoques
São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas.
As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

(h) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e (ou) reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.
Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Combinação de negócios
O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 3).

(j) Imobilizado
Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.
Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".
Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.
Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:
• Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
• Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
• Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
• Exame e teste dos processos e métodos de extração;
• Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
• Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.
A fase de desenvolvimento inclui:
• Perfurações para definir o corpo do minério;
• Planos de acessos e drenagem;
• Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.
Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.
Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção.
A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

(k) Ativos intangíveis
Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.
Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software
As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

(l) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(m) Benefícios a empregados
i. Benefícios a Empregados
Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido
Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.
A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.
Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus
A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

(n) Provisões
Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

(o) Concessões
A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
(p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(t) Lucro/Prejuízo por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

(u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(v) Pesquisa e desenvolvimento

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram R\$ 6.033 (R\$ 6.532 em 2011).

(w) Instrumentos financeiros**i. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
 - torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• Ativos classificados como disponíveis para venda

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 13.

iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

• Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

• Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Instrumentos derivativos e atividades de hedge**• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

• Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

(x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 26).

(y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

(z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Norma	Descrição	Vigência
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i>). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>Employee Benefits</i>). Elimina o método do corredor (aplicado nos anos anteriores pela Companhia) para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	"Demonstrações Financeiras Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i> . Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionadas a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações sobre Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo" (<i>Fair Value Measurement</i>). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornecendo uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IFRS 27 (revisado em 2011)	"Demonstrações Financeiras separadas". Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" (<i>Joint Ventures</i>). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência Patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência
IFRIC 20	Custos de Remoção de Estéril (<i>Stripping</i>) de Mina de Superfície na Fase de Produção. A interpretação traz esclarecimentos sobre a contabilização dos custos de remoção de estéril na fase de produção de uma mina de superfície. Segundo o IFRIC 20, as entidades mineradoras que apresentam demonstrações financeiras em IFRS devem baixar ativos de remoção existentes para lucros acumulados se os ativos não puderem ser atribuídos a um componente identificável de uma jazida mineral.	1º de janeiro de 2013
IAS 32	"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

É esperado que algumas dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 2013 e 2015, como os IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, que podem impactar o registro e divulgação dos investimentos em entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia, o IFRIC 20 *Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine* que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e o IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. O impacto da adoção destas normas ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a algumas das IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas na tabela acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

• Companhia Brasileira de Latas ("CBL")

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua controlada "Prada", efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), mediante a capitalização de créditos. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias ("Aquisição"). Com o controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na Nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$ 43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do "goodwill" resultante.

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo Circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo Não Circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	(604.794)	443.541	(161.253)

(*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 123.518 (vide nota 10).

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em débitos com a CSN no montante de R\$ 388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

Ágio resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL	(604.794)
(+) Ajuste ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	443.541
(=) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(161.253)
Preço de compra	43.316
Ágio resultante da aquisição	204.569

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*"), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios do segmento de embalagens da Companhia Metalúrgica Prada com a CBL.

Em 31 de dezembro de 2012, a combinação de negócios com a Companhia Brasileira de Latas, ocorrida em 12 de julho de 2011, está sob apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

• Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L. concluiu a aquisição da totalidade das ações ("Ações") das empresas espanholas (a) Dankerena Guipúzcoa, S.L. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 2, S.L.U.) e Grupo Alfonso Gallardo Thüringen, S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 1, S.L.U.) *holdings* que, juntas, detêm 100% do capital social da empresa alemã Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), uma produtora de aços longos localizada em Untervellenborn, Alemanha, especializada na produção de perfis e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano; e (b) Gallardo Sections S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Comercializadora, S.L.U.), uma comercializadora dos produtos da SWT, todas detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo AG").

A concretização desta aquisição concorre para o fortalecimento da CSN no segmento de aços longos, reforçando o portfólio de ativos de classe mundial.

Conforme mencionado na Nota 2(i), foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos.

O preço de compra no valor de R\$ 301.192 (EUR 131.790), atualizado pelo ajuste final de preço de aquisição no valor de R\$ 1.943 (EUR 850), foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação do preço de compra foram considerados os ajustes apresentados abaixo, e teve como ponto de partida o valor da transação de R\$ 1.104.648 (EUR 483.350):

	Valores em R\$
Valor da transação	1.104.648
Dívida líquida	(857.031)
Provisões	(11.782)
Créditos fiscais	13.498
Capital de giro	51.859
(=) Preço de compra	301.192

Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 20.879 incluídos no resultado, em despesas gerais e administrativas, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da SWT e Gallardo Sections, e a determinação do "goodwill" resultante.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2012.

7 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais (Nota 16)		732.666		877.672
Créditos junto a PGFN (*) (Nota 15)		84.392		806.103
Tributos a recuperar (**)	569.486	689.006	310.542	257.977
Antecipação de impostos				267.172
Despesas Antecipadas	44.332	24.135	100.728	115.853
Ativo Atuarial - Parte Relacionada		93.546		17.757
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 13 I)	239.266	55.115	8.665	376.344
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 13 V)	435.161	407.467		237.525
Estoque minério (Nota 6)		144.483	144.483	17.024
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR		9.914	47.754	
Contas a receber		8.983	10.043	
Créditos com partes relacionadas		136.077	115.549	
Outros	14.234	18.060	47.452	
	1.302.479	1.175.723	1.648.056	539.478
				411.292
				1.656.957
				2.552.287

(*) Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009 conforme descrito na nota explicativa 15.

(**) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.

	Ativos adquiridos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
	Ativo Circulante (*)	400.387		400.387
	Ativo Não Circulante (**)	191.956	786.988	978.944
	Passivo Circulante	(262.203)		(262.203)
	Passivo Não Circulante (***)	(842.526)	(209.005)	(1.051.531)
	Total de ativos adquiridos	(512.386)	577.983	65.597
	(*) Incluso o valor de R\$ 14.880 referente à caixa e equivalentes de caixa.			
	(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 392.817. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 582.478 (vide nota 10).			
	(***) Refere-se ao imposto de renda diferido sobre os ajustes de valor justo.			
	Ágio resultante da aquisição			
	(+) Preço de compra			301.192
	(-) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos			65.597
	(=) Ágio resultante da aquisição			235.595
	O ágio (" <i>goodwill</i> "), originado na aquisição, foi fundamento na expectativa de rentabilidade futura, conforme nota 11.			

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	207.614	101.360	25.897	14.047
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	862.299	646.594	769.447	773.523
Títulos privados	902.159	2.017.019	340.720	1.241.159
	1.764.458	2.663.613	1.110.167	2.014.682
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	12.472.803	12.652.420	1.859.693	44.515
Total das Aplicações Financeiras	14.237.261	15.316.033	2.969.860	2.059.197
Caixa e equivalentes de caixa	14.444.875	15.417.393	2.995.757	2.073.244

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Debêntures com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos nos fundos foram consolidados. Adicionalmente, parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

5 CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cientes				
Terceiros				
Mercado interno	832.620	895.517	521.517	620.426
Mercado externo	876.393	701.807	23.799	4.869
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(111.532)	(124.939)	(86.391)	(101.407)
	1.597.481	1.472.385	458.925	523.888
Partes Relacionadas (Nota 18 - b e c)	117.598	86.612	552.744	2.120.038
	1.715.079	1.558.997	1.011.669	2.643.926
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (Nota 18 - b)			985.973	676.242
Outros créditos partes relacionadas	17.065	1.537	114.478	163.248
Outros créditos	62.422	55.672	34.789	33.384
	79.487	57.209	1.135.240	872.874
	1.794.566	1.616.206	2.146.909	3.516.800

A composição do saldo bruto do contas a receber de clientes terceiros é demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	1.436.878	1.359.540	406.543	484.722
Vencidos até 180 dias	123.379	89.766	25.052	16.915
Vencidos acima de 180 dias	148.756	148.018	113.721	123.658
	1.709.013	1.597.324	545.316	625.295

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente ao alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 14 dias), a pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociada entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, líquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$ 224.718 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 262.367 em 31 de dezembro de 2011), deduzido do contas a receber.

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(124.939)	(117.402)	(101.407)	(99.023)
Perdas estimadas	(11.073)	(20.005)	(6.668)	(11.628)
Recuperação de créditos	24.480	12.468	21.684	9.244
Saldo final	(111.532)	(124.939)	(86.391)	(101.407)

6 ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	1.133.002	997.128	755.770	714.688
Produtos em elaboração	668.152	776.918	584.952	680.997
Matérias-primas	563.533	694.383	477.350	566.734
Almoxarifado	1.084.854	981.086	885.819	802.343
Minério	174.643	215.399	74.341	72.248
Adiantamento a fornecedores	55.068	153.215	16.414	126.421
(-) Perdas estimadas	(99.227)	(83.145)	(90.344)	(77.814)
	3.580.025	3.734.984	2.704.302	2.885.617

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(83.145)	(64.115)	(77.814)	(61.702)
Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(16.082)	(19.030)	(12.530)	(16.112)
Saldo final	(99.227)	(83.145)	(90.344)	(77.814)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de perdas estimadas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$ 144.483, classificados em outros ativos não circulantes (R\$ 144.483 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(205.022)	(136.427)		
Diferido	1.075.156	52.542	1.022.019	240.467
	870.134	(83.885)	1.022.019	240.467

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da controladora e consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IR e da CSLL	(1.350.708)	3.751.119	(1.442.132)	3.465.566
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	459.241	(1.275.380)	490.325	(1.178.292)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial			451.031	1.497.347
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	386.182	1.279.431		
Incentivos fiscais	2.115	73.134		68.767
Ajustes decorrentes dos Parcelamentos da Lei nº 11.941 e da MP 470	39.256	(16.060)	39.256	(16.088)
Alienação de títulos indedutíveis		(189.946)		(126.299)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(42.683)			
Créditos Fiscais		44.434		
Outras exclusões (adições) permanentes	26.023	502	41.407	(4.968)
IR/CSLL no resultado do período	870.134	(83.885)	1.022.019	240.467
Alíquota efetiva	-64%	2%	-71%	-7%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Estão apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	818.705	425.406	639.247	392.991
Bases negativas de contribuição social	242.606	157.858	231.805	141.445
Diferenças temporárias	1.311.190	1.257.509	998.723	766.214
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	269.803	211.835	264.958	200.225
- Perdas estimadas em ativos	66.062	60.930	40.035	24.544
- Perdas estimadas em estoques	50.295	30.814	29.472	28.048
- Ganhos/perdas em instrumentos disponíveis para venda	363.966	253.985	191.511	192.226
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	157.445	144.360	157.802	144.297
- Provisão para JCP		74		74
- Provisão para consumos e serviços	66.997	67.445	52.379	64.689
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	30.761	45.342	29.752	41.854
- Ágio na incorporação	62.042	371.153	10.031	23.406
- Variações cambiais não realizadas (*)	206.711		197.944	
- Outras	37.108	71.571	24.839	46.851
Ativo Não Circulante	2.372.501	1.840.773	1.869.775	1.300.650

9 INVESTIMENTOS

(a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)		% Participação direta	31/12/2012			% Participação direta	31/12/2011				
	Ordinárias	Preferenciais		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas												
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	7.058.295	7.261.007	(202.712)	(228.179)	100,00	407.707	382.240	25.467	(931)
CSN Islands VIII Corp.	2.501.000		100,00	1.419.190	1.365.455	53.735	10.535	100,00	1.452.511	1.409.311	43.200	(8.842)
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	856.329	854.456	1.873	614	100,00	786.167	784.908	1.259	1.420
CSN Islands X Corp.	1.000		100,00	57	45.283	(45.226)	(4.449)	100,00	70	40.847	(40.777)	(5.215)
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	1.566.837	1.559.941	6.896	370	100,00	1.438.225	1.431.699	6.526	871
CSN Islands XII Corp.	1.540		100,00	1.763.078	2.043.055	(279.977)	(140.846)	100,00	1.735.094	1.874.226	(139.132)	(112.535)
Tangua Inc.							1.794	100,00	23.983		23.983	2.806
International Investment Fund	50.000		100,00	98		98	(1.107)	100,00	39.565	24.265	15.300	36.359
CSN Minerals S.L.U.	131.649.926		100,00	3.762.487	495	3.761.992	858.206	100,00	2.906.449	2.666	2.903.783	1.798.089
CSN Export Europe, S.L.U.	35.924.748		100,00	790.202	299	789.903	87.192	100,00	802.447	99.735	702.712	358.567
CSN Metals S.L.U.	256.951.582		100,00	1.254.559	247	1.254.312	112.967	100,00	1.147.456	6.682	1.140.774	173.097
CSN Americas S.L.U.	151.877.946		100,00	1.688.612	10.383	1.678.229	289.573	100,00	1.394.255	5.598	1.388.657	576.562
CSN Steel S.L.U.	454.072.527		100,00	2.337.092	368.325	1.968.767	(123.795)	100,00	4.042.029	268.566	3.773.463	425.720
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	259.258	35.939	223.319	33.099	99,99	2.242.793	26.711	198.082	31.516
Mineração Nacional S.A.	999.999		99,99	1.151	97	1.054	62	99,99	1.090	23	1.067	85
CSN Aços Longos S.A.												(354)
Florestal Nacional S.A.	24.616.207		99,99	440.909	742.238	(301.329)	(327.530)	99,99	386.218	681.574	(295.356)	(69.731)
Estanho de Rondônia S.A.	34.236.306		99,99	48.986	15.231	33.755	5.044	99,99	41.692	11.918	29.774	15.263
Companhia Metalúrgica Nordeste	92.293.155		99,99	169.282	46.897	122.385	6.049	99,99	156.915	40.579	116.336	11.100
Companhia Metalúrgica Prada	4.668.787		99,99	686.299	456.952	229.347	(157.156)	99,99	527.885	276.475	251.410	(208.736)
CSN Cimentos S.A.	3.734.582.664		99,99	1.237.779	102.523	1.135.256	(143.975)	99,99	1.221.115	157.207	1.063.908	32.413
INAL Nordeste S.A.												(3.595)
Congonhas Minérios S.A.	64.610.862		99,99	1.984.592	2.006.645	(22.053)	(20.855)	99,99	2.014.364	2.015.562	(1.198)	(22.557)
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	15.796	7.744	8.052	(11.190)	99,99	30.042	13.800	16.242	(1.689)
Transnordestina Logística S.A.	22.999.805	1.397.545	76,13	3.902.500	2.450.426	1.452.074	(57.875)	70,91	2.890.348	1.784.307	1.106.041	(40.119)
TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A.	9.999		99,99	10	10							
Controladas em Conjunto												
Nacional Minérios S.A.	285.040.443		60,00	9.118.928	1.317.238	7.801.690	982.800	60,00	8.314.588	1.010.737	7.303.851	1.263.068
Itá Energética S.A.	253.606.842		48,75	375.370	45.566	329.804	32.631	48,75	390.651	79.371	311.280	26.602
MRS Logística S.A.	52.414.154	40.301.916	27,27	1.712.266	1.026.680	685.586	121.769	27,27	1.511.484	884.576	626.908	142.631
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	14.635	12.747	1.888	14					
CGPAR - Construção Pesada S.A.	500		50,00	37.599	36.669	930	1.750					
Coligadas												
Arvedi Metaller do Brasil	15.406.408		20,00	22.718	9.740	12.977	(7.783)					

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/prejuízo do exercício refere-se a participação detida pela CSN nessas empresas.

(b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

	31/12/2012	Controladora
	31/12/2011	31/12/2011
Saldo inicial dos investimentos	22.573.890	17.023.295
Saldo inicial de provisão para perdas	(476.463)	(140.875)
Aumento de capital/aquisições ações	649.496	3.240.582
Redução de capital	(1.855.208)	
Dividendos	(585.675)	(853.316)
Resultado equivalência patrimonial	1.331.593	4.397.137
Resultados abrangentes (*)	867.905	(1.281.507)
Incorporação de controlada (**)		(290.789)
Outros	(330)	2.900
Saldo final dos investimentos	23.356.506	22.573.890
Saldo final de provisão para perdas	(851.298)	(476.463)

(*) Refere-se à marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação e conforme nota explicativa 9.f), em 2011 a Companhia alienou sua participação na Riversdale.

(**) Incorporação da CSN Aços Longos em 28 de janeiro de 2011 e Inal Nordeste em 30 de maio de 2011.

(c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

• SEPETIBA TECON

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres nº 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Sepetiba Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

• ESTANHO DE RONDÔNIA - ERS

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapua do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapua do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

• CIA. METALIC NORDESTE

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas, basicamente, à indústria de bebidas. Sua produção está voltada principalmente para o mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

Sua unidade operacional conta com duas linhas de produção distintas: latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora e tampas cuja matéria-prima é o alumínio.

• COMPANHIA METALÚRGICA PRADA

Embalagens

A Companhia Metalúrgica Prada (Prada) atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Diferido Passivo

	31/12/2012	Consolidado	31/12/2011	Controladora	31/12/2011
- Combinação de negócios	225.965		17.960		
- Outras	58.145		19.891		
Passivo Não Circulante	284.110		37.851		

(*) Em 2012, a Companhia optou pela tributação das variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Algumas empresas do Grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido bem como as projeções são revisadas anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2012	31/12/2011
Até 1 ano	1.473.430	998.724
De 1 a 2 anos	424.119	413.903
De 2 a 3 anos	462.860	451.930
De 3 a 5 anos	12.092	5.218
	2.372.501	1.869.775

Algumas empresas do Grupo possuem créditos fiscais no montante de R\$ 789.704 e R\$ 259.933 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$ 10.769 expiram em 2013, R\$ 771 em 2014, R\$ 30.978 em 2015 e R\$ 50.225 em 2025. Demais créditos fiscais referem-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

O crédito fiscal sobre o ágio da Nacional Minérios S.A., originado na incorporação da Big Jump em julho de 2009, foi de R\$ 1.391.858. Até 31 de dezembro de 2012 foi realizado o montante de R\$ 951.104 (R\$ 672.732 até o ano de 2011), restando R\$ 440.754, que será realizado até 2014. Em 2013, a realização será de R\$



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2012				31/12/2011		
	Nacional Minérios (*)	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Nacional Minérios (*)	Itá Energética	MRS Logística
Demonstrações de Resultados							
Receita Líquida	3.836.415	217.493	3.013.158	61.915	3.766.712	242.913	2.862.337
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.730.077)	(66.162)	(1.993.927)	(58.245)	(2.168.655)	(81.692)	(1.732.552)
Lucro Bruto (Despesas) e Receitas Operacionais	1.106.338	151.331	1.019.231	3.670	1.598.057	161.221	1.129.785
Resultado Financeiro Líquido	1.329.707	(1.745)	(82.417)	174	1.040.693	(12.327)	(134.272)
Lucro antes do IR/CSL	2.023.954	100.898	674.037	37	2.502.968	82.671	795.759
IR/CSL correntes e diferidos	(407.469)	(33.962)	(227.497)	(10)	(429.624)	(28.103)	(272.714)
Lucro líquido do exercício	1.616.485	66.936	446.540	27	2.073.344	54.568	523.045

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S.A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

• NACIONAL MINÉRIOS - NAMISA

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

A CSN detém e consolida, proporcionalmente, 60% do capital social da Namisa.

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA

A ITASA é uma sociedade anônima criada, originalmente, para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A CSN detém 48,75% do capital social da ITASA.

• MRS LOGÍSTICA

A sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), participação de 6% no capital social da MRS.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

• CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerada um grande marco para a geração de energia no Brasil.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 30.584 (R\$ 31.751 em 31 de dezembro de 2011) e o valor da despesa em 2012 é R\$ 6.620 (R\$ 6.366 em 2011).

• CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Em dezembro de 2011, a CSN subscreveu 1.876.146 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI"). O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas parceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

• CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A.

Em 18 de julho de 2012 a CSN subscreveu 50.000 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CGPAR Construção Pesada S.A. ("CGPAR") no valor total de R\$ 50.000,00. Esta subscrição foi resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

(e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

• STAHLWERK Thüringen GMBH (SWT)

Em 31 de janeiro de 2012 a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., adquiriu a empresa Stahlwerk Thüringen GmbH conforme mencionado na nota 3.

A Stahlwerk Thüringen GmbH foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhutte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

• COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC")

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

• LUSOSIDER

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

(f) Outros investimentos

• RIVERSDALE MINING LIMITED - Riversdale

Em 20 de abril de 2011, a Companhia, por meio de sua subsidiária CSN Europe Lda., aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited ("Riversdale") promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações ao preço de A\$ 16,50 por ação, totalizando A\$ 780.316.

• PANATLÂNTICA

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 9,40% do capital social total da Panatlântica.

• USIMINAS

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS") com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itá/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 31 de dezembro de 2012, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa": USIM3 e USIM5).

• ARVEDI METALFER DO BRASIL

Em 31 de julho de 2012 a Companhia adquiriu participação minoritária correspondente a 20% do capital social da Arvedi Metalfer do Brasil S.A., empresa pré-operacional com foco na produção de tubos, com sede em Salto - SP.

A composição consolidada dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Panatlântica	12.965	12.030
Usiminas	2.323.172	2.077.277
Arvedi Metalfer do Brasil	12.977	(17.698)
Outros	2.660	(1.082)
	2.351.774	2.088.225

10 IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608	6.974.024	28.427	4.515.806	868.910
Efeito de variação cambial	1.234	3.640	16.377	135	(157)	2.162
Aquisição por meio de combinação de negócios	3.325	10.805	14.050	562	4.204	90.572
Aquisições		(6.719)	(30.059)	(17)	4.400.825	4.400.825
Baixas		(39.364)	(821.672)	(4.931)	(17.698)	(65.441)
Depreciação					(931.408)	(931.408)
Reversão de perdas estimadas na baixa de ativos					4.774	4.774
Transferência para outras categorias de ativos	14.233	273.320	1.477.118	9.172	(1.848.785)	74.942
Transferências para intangível					(11.104)	(383)
Outros		(170)	(4.883)	54	(4.470)	18.063
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120	7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696
Custo	194.584	1.700.245	11.138.198	139.679	7.056.319	1.459.659
Depreciação acumulada		(245.125)	(3.513.243)	(106.277)	(446.963)	(446.963)

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120	7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696
Efeito de variação cambial	5.656	22.322	246.204	379	471	(148.244)
Aquisição por meio de combinação de negócios	22.852	103.739	419.787	1.202	1.079	33.819
Aquisições					3.142.634	3.142.634
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					409.498	409.498
Baixas	(1.375)	(255)	(10.135)	(159)	(769)	7.447
Depreciação		(70.509)	(1.058.081)	(13.474)		(75.464)
Perdas estimadas na baixa de ativos						(6.676)
Transferência para outras categorias de ativos	(32.855)	101.572	1.001.977	17.076	(1.123.481)	35.711
Transferências para intangível					(8.808)	(787)
Outros			(74.552)		62.787	21.083
Saldo em 31 de dezembro de 2012	188.862	1.611.989	8.150.155	38.426	9.539.730	879.585
Custo	188.862	1.917.814	12.758.762	151.008	9.539.730	1.397.841
Depreciação acumulada		(305.825)	(4.608.607)	(112.582)		(518.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	188.862	1.611.989	8.150.155	38.426	9.539.730	879.585

	Controladora					
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	94.133	766.826	5.651.657	21.953	1.649.182	248.665
Incorporação de controladas	258	6.663	5.343	577	506.676	547
Aquisições					2.015.015	2.015.015
Baixas			(16.247)	(18)	(411)	
Depreciação		(23.421)	(718.246)	(3.925)		(11.507)
Reversão de perdas estimadas na baixa de ativos						8.701
Transferências para outras categorias de ativos	8.282	54.241	923.169	6.703	(1.027.494)	35.099
Transferência para intangível					(2.522)	(2.522)
Outros			(492)	23	(114)	48.529
Saldo em 31 de dezembro de 2011	102.673	804.309	5.845.184	25.313	3.140.332	330.034
Custo	102.673	903.647	8.211.591	119.671	3.140.332	415.876
Depreciação acumulada		(99.338)	(2.366.407)	(94.358)		(85.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	102.673	804.309	5.845.184	25.313	3.140.332	330.034
Aquisições					2.000.744	2.000.744
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					276.596	276.596
Baixas			(3.605)	(12)		(3.617)
Depreciação		(29.660)	(869.362)	(4.567)		(12.650)
Transferências para outras categorias de ativos	2.669	160.484	920.661	6.363	(891.530)	(198.647)
Transferência para intangível					(2.547)	(2.547)
Outros			(73.351)		62.806	43.945
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.342	935.133	5.819.527	27.097	4.586.401	162.682
Custo	105.342	1.065.326	9.052.087	125.936	4.586.401	259.592
Depreciação acumulada		(130.193)	(3.232.560)	(98.839)		(96.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.342	935.133	5.819.527	27.097	4.586.401	162.682

(*) No consolidado referem-se, substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes. Na controladora inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

	Consolidado			
	Data de início	Data de conclusão	31/12/2012	31/12/2011
Logística				
Expansão de 1.728 Km da Transnordestina para transporte, principalmente de minério de ferro, calcário, soja, algodão, cana de açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis.	2009	2016	4.642.102	3.489.871
Obras de expansão da capacidade da MRS e investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			232.818	290.410
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			37.589	15.479
			4.912.509	3.795.760
Mineração				
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra para 42 Mtpa.	2007	2015 (1)	1.613.130	1.322.433
Expansão do TECAR para permitir uma exportação anual de 60 Mtpa.	2009	2016	714.986	425.134
Expansão da capacidade produtiva da Namisa.	2008	2016 (2)	131.408	137.059
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			13.080	46.421
			2.472.604	1.931.047
Siderurgia				
Implementação da fábrica de aços longos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a produção de vergalhão e fio máquina.	2008	2013 (3)	1.460.694	907.521
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			416.855	256.718
			1.877.549	1.164.239
Cimentos				
Construção de unidade integrada de cimento em Arcos/MG.	2011	2014/2015 (4)	241.412	132.986
Construção de fábrica para produção de clínquer em Arcos/MG.	2007	2013 (5)	10.109	27.536
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			25.547	4.751
			277.068	165.273
			9.539.730	7.056.319

Total Obras em andamento

- Data prevista para conclusão das fases 40 Mtpa e 42 Mtpa.
- Data prevista para conclusão dos projetos de concentradores magnéticos Pires e B4/B5.
- Data prevista para conclusão da unidade do Rio de Janeiro.
- Data prevista para conclusão de novas unidades de moagem em Arcos/MG e novo forno de clínquer.
- Start-up em março de 2011, data prevista para finalização do ramp-up.

Os custos classificados em obras em andamento são compostos basicamente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 INTANGÍVEL

	Consolidado					Controladora			
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Relações com Clientes	Software	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991		32.765	1.002	462.456	13.091	9.540	22.631
Efeito de variação cambial				6	72	78			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)	204.569			350	357	204.569			
Aquisições e gastos				(784)	(489)	(1.273)			
Alienações						(60.861)			
Perdas por redução ao valor recuperável	(60.861)								
Transferência do imobilizado				11.487		11.487			2.522
Transferência do realizável a longo prazo					2.977	2.977		2.522	
Amortização		(4.991)		(9.622)	(2.230)	(16.843)		(3.961)	(3.961)
Outras movimentações				(2.113)	2.190	77			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406			32.089	3.879	603.374	13.091	8.101	21.192
Custo	908.576	4.991		86.070	6.087	1.005.724	14.135	24.003	38.138
Amortização acumulada	(280.309)	(4.991)		(53.981)	(2.208)	(341.489)	(1.044)	(15.902)	(16.946)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406			32.089	3.879	603.374	13.091	8.101	21.192
Efeito de variação cambial			30.501	104	14.045	44.650			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (**)	235.595		316.939	961	77.231	629.765			
Aquisições e gastos				(1)	571	1.532		237	237
Alienações				9.595	(564)	(565)			
Transferência do imobilizado				(12.975)	(148)	(13.123)		2.547	2.547
Amortização				210	14	224		(4.308)	(4.308)
Outras movimentações									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	803.001		347.440	29.983	95.028	1.275.452	13.091	6.577	19.668
Custo	1.194.059		347.441	85.183	97.405	1.724.088	14.135	26.787	40.922
Amortização acumulada	(330.197)			(55.200)	(2.378)	(387.775)	(1.044)	(20.210)	(21.254)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	803.001		347.441	29.983	95.027	1.275.452	13.091	6.577	19.668

(*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL em 12 de julho de 2011.

(**) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da CSN Steel S.L. com empresas Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT) e Gallardo Sections em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 3).

O prazo de vida útil do software é de 01 a 05 anos e dos outros intangíveis de 13 a 30 anos.

Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de impairment.

• Teste do ágio para verificação de "impairment"

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2012	31/12/2011	Investidora
Mineração	Mineração	347.098	347.098	Namisa
Embalagens (*)	Siderurgia	207.217	207.217	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	235.595		CSN Steel S.L.
		803.001	567.406	

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração de resultado do exercício no montante de R\$ 60.861.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 são as que seguem:

	Mineração	Embalagens	Aços Planos	Aços Longos
Margem bruta (i)	Para apuração da margem foram considerados os planos de expansão já aprovados no plano de negócios da Companhia. Foram considerados os preços de minério de ferro no mercado internacional com base em projeções elaboradas por instituições oficiais do segmento de mineração e para câmbio foi considerado uma curva projetada da taxa de dólar em termos reais até 2018, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, sendo que de 2018 em diante considerou-se a variação nula;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e ganhos de sinergia entre as unidades de embalagem da Companhia;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;	Com base nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp-up do volume de produção após o início das operações da planta;
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;
Taxa de crescimento (ii)	Os fluxos de caixa consideraram o período de projeção até 2052, devido à extensão nos prazos de implementação de alguns projetos, e aos prazos de vencimento dos principais contratos para o qual esse Business Plan foi desenvolvido, desta forma, não é necessário considerar taxa de crescimento em virtude do período de projeção ser acima de 30 anos;	Taxa de crescimento médio de 2,5% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;
Taxa de desconto (iii)	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

12 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Moeda Estrangeira									
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	162.290	381.333	1.104.271	573.388	162.290	381.333	1.104.271	573.388
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	8.954	148.597	878.705	1.281.171	121.962	276.615	3.105.474	3.398.081
Bônus Perpétuos	7,00%	2.781	2.553	2.043.500	1.875.800				
Fixed Rate Notes	6,50% até 10,00%	1.265.330	119.030	4.802.225	5.064.660	1.422.531	19.623	2.122.809	3.385.078
Importações Financiadas	6,01% até 8,00%	30.413	25.248	50.989	27.310	6.813	6.254		5.758
CCB	1,54%		176.440				176.440		
BNDES/FINAME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	32.395	25.903	10.755	36.750			9.863	33.466
Intercompany						29.703	23.425	634.124	119.246
Outros	1,40% até 8,00% e CDI + 1,2%	25.262	105.442	411.274	145.438	91.505	534.185		
		1.527.425	984.546	9.301.719	9.004.517	1.834.804	1.505.686	6.976.541	7.515.017
Moeda Nacional									
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 5%	415.480	430.432	1.956.981	1.744.727	253.852	226.891	835.513	782.416
Debêntures	103,6% até 110,8% CDI e 1% + TJLP	144.902	672.073	4.613.634	2.822.424	46.355	655.755	2.715.000	1.150.000
Pré-Pagamento	104,8%, 109,5% e 111% CDI	163.961	537.128	4.856.557	4.523.224	147.713	510.072	2.800.000	2.466.667
CCB	112,5% CDI	62.072	101.280	7.200.000	7.200.000	62.072	101.280	7.200.000	7.200.000
Intercompany						302.299	1.356.010	1.077.420	
Outros		12.599	9.509	29.398	37.058	1.986	1.845	3.973	5.528
		799.014	1.750.422	18.656.570	16.327.433	814.277	2.851.853	14.631.906	11.604.611
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.326.439	2.734.968	27.958.289	25.331.950	2.649.081	4.357.539	21.608.447	19.119.628
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(31.030)	(32.885)	(101.939)	(145.445)	(27.578)	(27.398)	(89.958)	(114.133)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.295.409	2.702.083	27.856.350	25.186.505	2.621.503	4.330.141	21.518.489	19.005.495

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$ 2.339.776 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.244.927 em 31 de dezembro de 2011) e os saldos de Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds totalizam R\$ 3.545.340 (R\$ 3.404.701 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 18.

• Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2012 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora		TJ (1)	TIR (2)
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Fixed rate notes	1.654	1.717	701	2.490	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDES	2.088	5.606	1.760	3.141	1,3% até 3,2%	1,44% até 9,75%
Pré-pagamento	8.059	14.369	6.707	7.735	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré-pagamento	908	2.969	509	1.874	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	72.306	17.472	72.306	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	849	4.972	429	2.412	105,8% e 110,8% CDI	12,59% e 13,27%
	31.030	101.939	27.578	89.958		

(1) TJ - Taxa de juros anual contratada.

(2) TIR - Taxa interna de retorno anual.

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	Controladora
2014	2.917.379	3.256.030
2015	3.886.092	3.671.510
2016	3.281.664	2.114.650
2017	3.530.240	2.478.440
2018	3.726.463	2.675.362
Após 2018	8.572.951	7.412.455
Bônus Perpétuos	2.043.500	
	27.958.289	21.608.447

• Captações dos empréstimos e Amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	27.888.588	20.089.447	23.335.636	15.183.349
Captações	3.721.945	7.824.012	2.712.471	7.314.956
Amortizações	(4.821.661)	(3.614.606)	(4.713.335)	(2.818.933)
Outros (*)	3.362.887	3.589.735	2.805.220	3.656.264
Saldo final	30.151.759	27.888.588	24.139.992	23.335.636

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia preveem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2012, a Companhia garantiu financiamento contratado por sua subsidiária CSN Steel S.L., no valor de EUR 120.000 mil, destinado ao financiamento parcial da aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo Gallardo") nas empresas Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections S.L.U.

Em janeiro de 2012, a Companhia garantiu financiamento integral CSN Resources S.A., uma emissão adicional de bônus, no valor de US\$ 200.000 mil, por meio da reabertura dos bônus de US\$ 1.000.000 mil e vencimento em julho de 2020. Em setembro de 2012, a Companhia liquidou as notas promissórias comerciais, com o pagamento do montante de R\$ 800.000 de principal e R\$ 33.277 de juros.

• Debêntures

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Quarta emissão

Em fevereiro de 2012 a Companhia liquidou a quarta emissão com o pagamento no montante de R\$ 600.000 de principal e R\$ 35.285 de juros.

Quinta emissão

Em julho de 2011 a Companhia emitiu 115 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$ 10.000 totalizando R\$ 1.150.000 com juros remuneratórios de 110,80% a.a. do CDI Cetip com vencimento em julho de 2019 com opção de resgate antecipado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sexta emissão

Em setembro de 2012 a Companhia emitiu 156.500 debêntures, sendo 106.500 debêntures da 1ª série e 50.000 debêntures da 2ª série, não conversíveis e quirográficas, ao valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando R\$ 1.565.000 com juros remuneratórios da 1ª série 105,80% a.a. do CDI Cetip e da 2ª série 106,00% a.a. com vencimento para março e setembro de 2015 respectivamente, ambas com opção de resgate antecipado.

ii. Transnordestina Logística

Em março de 2010, a Transnordestina Logística S.A. obteve junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, aprovação para sua 1ª Emissão Privada de debêntures conversíveis em ações, composta ao todo de oito séries no valor total de R\$ 2.672.400. A primeira, terceira e quarta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha - Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Porto de Suape, o qual inclui também os investimentos no Porto de Suape e a reconstrução do trecho Cabo - Porto Real de Colégio. A segunda, quinta e sexta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Eliseu Martins - Trindade. A sétima e oitava séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha - Pecém, o qual inclui também os investimentos no Porto de Pecém.

Série	Quantidade Emitida	Valor Nominal Unitário	Emissão	Vencimento	Encargos	Saldo (R\$) 31/12/2012
1ª	336.647.184	R\$ 1,00	09/03/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	336.647
2ª	350.270.386	R\$ 1,00	25/11/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	350.270
3ª	338.035.512	R\$ 1,00	01/12/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	338.036
4ª	468.293.037	R\$ 1,00	04/10/11	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	468.293
5ª	121.859.549	R\$ 1,00	21/09/12	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	121.860

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	Notas	31/12/2012				31/12/2011				
		Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado
Ativo										
Circulante										
Caixa e Equivalente de Caixa	4			14.444.875		14.444.875			15.417.393	15.417.393
Contas a Receber Líquidas	5			1.715.079		1.715.079			1.558.997	1.558.997
Margem de garantia de instrumentos Financeiros	7 e 13			435.161		435.161			407.467	407.467
Instrumentos financeiros derivativos	7 e 13		239.266			239.266		55.115		55.115
Não Circulante										
Outros títulos a receber (Nota 7)				8.983		8.983			57.797	57.797
Investimentos		2.336.137				2.336.137	2.089.307			2.089.307
Instrumentos financeiros derivativos	7		8.665			8.665		376.344		376.344
Aplicações Financeiras				116.753		116.753		139.679		139.679
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12				2.326.439	2.326.439			2.734.968	2.734.968
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14		245.692			245.692		2.971		2.971
Fornecedores					1.957.789	1.957.789			1.232.075	1.232.075
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12				27.958.289	27.958.289			25.331.950	25.331.950
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14							373.430		373.430

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2012			31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Instrumentos financeiros derivativos		239.266		239.266		55.115		55.115
Não Circulante								
Investimentos	2.336.137			2.336.137	2.089.309			2.089.309
Instrumentos financeiros derivativos		8.665		8.665		376.344		376.344
Passivo								
Circulante								
Instrumentos financeiros derivativos		245.692		245.692		2.971		2.971
Não Circulante								
Instrumentos financeiros derivativos			373.430			373.430		373.430

II - Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas"), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBOVESPA).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Para determinação do prazo de duração do declínio no valor de mercado das Ações Usiminas abaixo do seu custo, a CSN compara o seu custo médio de aquisição na data base da demonstração financeira com a última data em que a cotação máxima estava acima desta média ponderada. Na avaliação da administração esta análise demonstrou que nem as ações USIM3 nem as USIM5 apresentaram um declínio prolongado em sua cotação, conforme critérios definidos na política da Companhia.

Para determinação do percentual de declínio, analisa-se a volatilidade, que representa uma medida de dispersão dos retornos de uma ação ou índice de mercado. Quanto mais o preço de uma ação varia num período curto de tempo, maior o risco de ganho ou perda financeira negociando esta ação, e, por isso a volatilidade é uma medida de risco. A volatilidade histórica da ação é calculada e considerada para identificar a flutuação esperada para o respectivo instrumento, mensurar a expectativa de volatilidade futura do instrumento patrimonial avaliado e concluir se um declínio de valor de mercado de um instrumento abaixo do seu custo deve ou não ser considerado significativo.

A tabela a seguir ilustra este índice no período de 12 anos (considerando a data-base 31/12/2011), período suficientemente longo para eliminar picos de volatilidade causados por crises econômicas nacionais e internacionais:

Período	Volatilidade	
	USIM3	USIM5
03/01/2000 a 31/12/2011	50,42%	48,57%

Com base nessas informações, nos critérios adotados pela administração e nas regras contábeis e legais pertinentes, a administração concluiu que a queda no valor de mercado em relação ao custo de aquisição das ações da USIM3 e USIM5 em 30 de junho de 2012, de 66,3% e 59,0%, respectivamente, foi considerada como um declínio significativo no valor de mercado desses instrumentos patrimoniais.

Com base nos elementos qualitativos e quantitativos apresentados acima, a administração, no exercício de seu julgamento, concluiu que houve evidência de uma redução significativa no valor recuperável do investimento nas Ações da Usiminas em 30 de junho de 2012, e, conseqüentemente, reclassificou as perdas acumuladas registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 1.599.485, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do exercício, sendo registrado o montante de R\$ 2.022.793 em outras despesas operacionais e R\$ 423.308 em impostos diferidos.

A partir daquela data, de acordo com a política da Companhia, os ganhos decorrentes da variação positiva da cotação das ações durante o segundo semestre findo em 31/12/2012 no montante de R\$ 730.812, líquido de imposto de renda e contribuição social, foram registrados em outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda.

Em dezembro de 2012 houve um registro adicional de R\$ 264.441 de impostos diferidos sobre as perdas acumuladas em função da análise anual da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social que considerou as diferenças temporárias geradas por este investimento nas subsidiárias da CSN, em decorrência da reclassificação das perdas acumuladas.

A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas. Estas iniciativas podem, por exemplo, impactar na forma de registro do investimento nas demonstrações financeiras da Companhia.

III - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estimo contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

• Garantias Concedidas

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças, conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	31/12/2012	31/12/2011
Imobilizado	12.233	19.383
Garantia fidejussória (*)		87.550
	12.233	106.933

(*) Em março de 2012 a Companhia liquidou o empréstimo que possuía em garantia fidejussória, sendo o pagamento no montante de R\$ 89.438.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Consolidado	Notas	31/12/2012				31/12/2011				
		Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado
Ativo										
Circulante										
Caixa e Equivalente de Caixa	4			14.444.875		14.444.875			15.417.393	15.417.393
Contas a Receber Líquidas	5			1.715.079		1.715.079			1.558.997	1.558.997
Margem de garantia de instrumentos Financeiros	7 e 13			435.161		435.161			407.467	407.467
Instrumentos financeiros derivativos	7 e 13		239.266			239.266		55.115		55.115
Não Circulante										
Outros títulos a receber (Nota 7)				8.983		8.983			57.797	57.797
Investimentos		2.336.137				2.336.137	2.089.307			2.089.307
Instrumentos financeiros derivativos	7		8.665			8.665		376.344		376.344
Aplicações Financeiras				116.753		116.753		139.679		139.679
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12				2.326.439	2.326.439			2.734.968	2.734.968
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14		245.692			245.692		2.971		2.971
Fornecedores					1.957.789	1.957.789			1.232.075	1.232.075
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12				27.958.289	27.958.289			25.331.950	25.331.950
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14							373.430		373.430

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

Bônus Perpétuos Fixed Rate Notes	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
	2.046.281	2.102.366	1.878.353	1.819.903
	6.067.555	6.811.081	5.183.690	5.832.364

IV - Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

• Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 12.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.326.439	6.803.471	10.538.367	10.616.451
Instrumentos financeiros derivativos	245.692			245.692
Fornecedores	1.957.789			1.957.789
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.734.968	2.263.889	6.724.483	16.343.578
Instrumentos financeiros derivativos	2.971	373.430		376.401
Fornecedores	1.232.075			1.232.075

• Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar, euro e dólar australiano ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em hedge natural, a Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, e contratos futuros de câmbio) para gerir seus riscos de variação de moeda diferente do real.

• Políticas de utilização de derivativos de proteção

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e Conselho de Administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela Diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada à moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contrair instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de Diretoria executiva e do Conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2012	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em Eur mil)
Caixa e equivalente no exterior	6.106.055	2.551
Margem de garantia derivativo	200.296	
Contas a receber	348.361	32.298
Empréstimos intercompany	61.628	92.322
Adiantamento a fornecedores	11.639	592
Outros Ativos	3.478	37.118
Total ativo	6.731.457	164.881
Empréstimos e financiamentos	(5.102.672)	(120.869)
Fornecedores	(267.371)	(52)
Outros Passivos	(36.951)	
Empréstimos intercompany	(13.997)	
Total passivo	(5.420.991)	(120.921)
Exposição bruta	1.310.466	43.960
Nacional de derivativos contratados líquidos	66.557	(90.000)
Exposição líquida	1.377.023	(46.040)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

• Swap cambial dólar x real

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2012		Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2011	
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Posição Ativa		Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)		
HSBC	17/06/2013	3.327	6.865	(6.992)	(127)	101.317	192.919	(176.554)			16.365
Bradesco	13/05/2013 a 01/07/2013	14.971	30.961	(31.101)	(140)	3.327	6.279	(5.743)			536
Banco do Brasil	01/02/2013	3.327	6.885	(6.447)	438	6.654	12.605	(12.413)			192
Santander	01/10/2013 a 02/01/2015	14.990	33.115	(30.061)	3.054	14.990	28.900	(28.416)			484
Goldman Sachs	01/02/2013	3.327	6.880	(6.457)	423	190.000	371.174	(352.514)			18.660
Banco de Tokyo	15/12/2016	24.952	54.634	(49.147)	5.487	24.952	46.980	(47.960)			(980)
JP Morgan	16/12/2013	1.663	3.401	(3.490)	(89)	9.981	19.127	(18.556)			571
Société Générale						16.635	30.554	(29.362)			1.192
		66.557	142.741	(133.695)	9.046	367.856	708.538	(671.518)			37.020

• Swap cambial real x dólar

Contrapartes	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2011	
		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)
Goldman Sachs	(70.000)			130.266	(130.787)
Santander	(30.000)			55.704	(56.030)
	(100.000)			185.970	(186.817)

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo da Companhia no montante de R\$ 9.046 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 37.020 no ativo e R\$ 847 no passivo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$ 17.065 em 2012 (perda no montante de R\$ 115.490 em 2011), sendo que R\$ 8.019 refere-se a operações liquidadas (vide nota 25).

• Swap cambial euro x dólar

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Euro mil)	Valorização (R\$)		31/12/2012		Nocional (Euro mil)	Valorização (R\$)		31/12/2011	
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Posição Ativa		Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)		
Itaú BBA	10/01/2013	40.000	51.793	(52.876)	(1.083)						
HSBC	10/01/2013	25.000	32.373	(33.047)	(674)	25.000	51.469	(48.556)			2.913
Goldman Sachs	10/01/2013	25.000	32.363	(33.047)	(684)	40.000	128.761	(121.389)			7.372
Deutsche Bank						25.000	51.521	(48.556)			2.965
		90.000	116.529	(118.970)	(2.441)	90.000	231.751	(218.501)			13.250

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$ 2.441 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.250 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como perda no montante de R\$ 5.116 em 2012 (ganho de R\$ 9.574 em 2011), sendo que R\$ 2.675 refere-se a operações já liquidadas (vide nota 25).

• Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro. Em 31 de dezembro de 2012 a posição bruta era de US\$ 6.162 e líquida US\$ 38.230 (incluindo derivativos abaixo).

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2012		Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2011	
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Posição Ativa		Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)		
BES	28/09/2013	44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	20.208	38.017	(34.049)			3.968
BNP						15.000	28.219	(25.453)			2.766
		44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	35.208	66.236	(59.502)			6.734

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6.734 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2011) e seus resultados consolidados no resultado financeiro como perda no montante de R\$ 8.065 em 2012 (ganho de R\$ 16.501 em 2011), sendo que R\$ 3.824 refere-se a operações já liquidadas (vide nota 25).

• Swap cambial iene x dólar

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Iene)	Posição Contábil		31/12/2012		Nocional (Iene)	Posição Contábil		31/12/2011	
			Ativa	Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Ativa		Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)		
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	237.525	(236.964)	561	59.090.000	374.455	(373.430)			1.025
		59.090.000	237.525	(236.964)	561	59.090.000	374.455	(373.430)			1.025

Os seus efeitos líquidos foram reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$ 307 em 2012 (ganho de R\$ 1.460 em 2011).

• Análise de sensibilidade swap cambial dólar x real

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no ativo no montante de R\$ 9.046. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade dólar.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,5326;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,0218;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,5544;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 3,0653.

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	31/12/2012				
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	
Swap cambial líquido	2,0435	1,5326	1,0218	2,5544	3,0653	
Exposição cambial moeda funcional R\$	66.557	(34.002)	(68.005)	34.002	68.005	
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	1.310.466	(669.484)	(1.338.969)	669.484	1.338.969	
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	1.377.023	(703.486)	(1.406.974)	703.486	1.406.974	

• Análise de sensibilidade swap cambial euro x dólar

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$ 2.441. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/euro de 2,0216;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/euro de 1,3477;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/euro de 3,3693;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/euro de 4,0431.

Risco	Valor de referência (EUR mil)	31/12/2012				
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	
Swap cambial líquido	2,6954	2,0216	1,3477	3,3693	4,0431	
Exposição cambial moeda funcional R\$	(90.000)	60.647	121.293	(60.647)	(121.293)	
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	43.960	(29.622)	(59.245)	29.622	59.245	
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	(46.040)	31.025	62.048	(31.025)	(62.048)	

Em 31 de dezembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2012		Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		31/12/2011	
			Posição ativa	Posição passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Posição ativa			Posição passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)		
CSFB	13/11/2012	64.500	109.540	(110.226)	(686)	13/02/2012	107.500	182.432	(184.556)			(2.124)

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$ 686 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.124 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da Companhia como perda no montante de R\$ 9.166 em 2012, sendo que R\$ 8.480 refere-se a operações já liquidadas (perda de R\$ 20.594 em 2011).

• Análise de sensibilidade do swap de taxa de juros (Libor x CDI)

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$ 686. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das taxas Libor (US\$) e CDI.

Nocional (US\$ mil)	Risco (Libor) US\$	31/12/2012			
		25%	50%	25%	50%
Swap de taxa de juros libor x CDI	64.500	(8.224)	(9.717)	8.224	9.717

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2012 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	% a.a.	Impacto no resultado	
		31/12/2012	31/12/2011
TJLP	5,50	9.667	1.372
Libor	0,51	6.607	7.941
CDI	6,90	50.391	72.607

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda. Os investimentos em ações são adquiridos de empresas de primeira linha negociadas na BOVESPA. A tabela abaixo demonstra a variação líquida de impostos, no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda sobre o patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Empresas	Provável	Impacto sobre o Patrimônio Líquido		
		25%	50%	50%
Usiminas	730.812	200.536	401.072	(200.536)
Panatlântica	1.329	2.738	5.476	(2.738)
	732.141	203.274	406.548	(203.274)

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

• Análise sensibilidade swap dólar x euro

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$ 4.241. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade euro/dólar de 0,9893;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade euro/dólar de 0,6595;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade euro/dólar de 1,6488;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade euro/dólar de 1,9785.

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	31/12/2012				
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	
Swap cambial líquido	1,3190	0,9893	0,6595	1,6488	1,9785	
Exposição cambial Moeda funcional EURO	44.392	(14.638)	(29.277)	14.638	29.277	
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	1.3190	0,9893	0,6595	1,6488	1,9785	
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	44.392	(14.638)	(29.277)	14.638	29.277	

• Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

• Transações de swap de taxa de juros (Libor x CDI)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nocional em dólar (ponta ativa) e paga 96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência deste swap, em 31 de dezembro de 2012 é de US\$ 64.500 mil, protegendo uma operação de pré-pagamento de exportação de mesmo valor. Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

• Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

V - Depósitos em garantia

A Companhia possui depósitos em garantia no montante de R\$ 426.328 (R\$ 407.467 em 31 de dezembro de 2011); esse valor está aplicado no Deutsche e Credit Suisse para garantir os contratos de instrumentos financeiros derivativos, especificamente swap entre a CSN Islands VIII e CSN. Além desse valor, a Companhia possui através de sua controlada em conjunto MRS, o valor de R\$ 8.833 (R\$ 8.227 em 31 de dezembro de 2011) vinculados aos financiamentos do BNDES, sendo parte da garantia dessas operações.

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Passivos com partes relacionadas (Nota 18 b e c)	284.226	185.707	3.103.237	3.094.453	889.414	458.878	7.905.889	7.821.914
Perdas não realizadas com derivativos (Nota 13 I)	245.692	2.971		373.430	686	2.124		
Dividendos a pagar acionistas controladores (Nota 18 a)	155.537	622.164			155.537	622.164		
Dividendos a pagar não controladores	146.081	306.760			146.081	305.717		
Adiantamento Clientes	32.411	23.868			17.927	17.862		
Tributos parcelados (Nota 15)	167.282	313.201	1.085.079	1.922.283	139.731	292.699	917.602	1.774.533
Participação sobre lucro - empregados	12.467	131.755				117.806		
Outras obrigações	177.654	142.019	200.135	203.354	33.803	55.615	103.605	122.529
	1.221.350	1.728.445	4.388.451	5.593.520	1.383.179	1.872.865	8.927.096	9.718.976



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Refis Federal (a)	120.441	276.924	998.668	1.817.817	102.689	258.805	840.621	1.670.067
Demais Parcelamentos (b)	46.841	36.277	86.411	104.466	37.042	33.894	76.981	104.466
	167.282	313.201	1.085.079	1.922.283	139.731	292.699	917.602	1.774.533

(a) Programa de recuperação fiscal (Refis Federal)

Em 26 de novembro de 2009, as empresas do Grupo aderiram aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A adesão aos programas fiscais especiais reduziu o montante a pagar de multas, juros e encargos legais anteriormente devidos.

Em junho de 2011 as empresas do Grupo consolidaram os débitos inscritos no programa fiscal da Lei nº 11.941/09 na modalidade de 180 parcelas atualizadas pela SELIC.

Em relação aos depósitos judiciais vinculados aos processos do Refis, a Companhia obteve parecer favorável da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), permitindo que parte desse excesso fosse utilizado pela Companhia para quitar parcialmente o saldo remanescente do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, através de compensação, com os benefícios do pagamento à vista previstos naquela norma legal. Diante dessa orientação da PGFN e com respaldo em decisões judiciais, a Companhia promoveu a referida compensação. O saldo desse excesso de depósito, após as compensações, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 84.392 (R\$ 806.103 em 31 de dezembro de 2011), registrado na rubrica créditos junto à PGFN/RFB em outros ativos não circulantes. A compensação resultou em um ganho de receita financeira líquido de tributos (conforme a Lei nº 11.941/09) de R\$ 115.457 (vide nota 25).

(b) Demais Parcelamentos (Ordinários e Outros)

As empresas do Grupo também possuem as modalidades de parcelamento Ordinário, INSS e outros.

16 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	178.657	101.795	94.317	353.778
Previdenciárias e Trabalhistas	289.832	162.513	284.556	131.443
Cíveis	109.915	42.562	94.183	50.909
Ambientais	7.056		6.906	
Depósitos Cauçionados		11.401		26.928
	585.460	318.271	479.962	563.058

Obrigações legais questionadas judicialmente:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	24.077	46.193	33.121	36.189
Salário-educação	20.892	348.969	20.892	345.676
IR/plano verão	97.157	19.233	104.488	9.788
Outras provisões	142.126	414.395	158.501	391.653
	727.586	732.666	638.463	954.711

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	152.481	94.419	59.068	314.756
Previdenciárias e Trabalhistas	223.127	131.399	200.401	105.292
Cíveis	74.134	32.110	65.076	39.308
Ambientais	7.056		6.906	
Depósitos Cauçionados		8.280		26.663
	456.798	266.208	331.451	486.019

Obrigações legais questionadas judicialmente:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	24.077	46.193	33.121	36.189
Salário-educação	20.892	348.969	20.892	345.676
IR/plano verão	97.157	19.233	102.965	9.788
Outras provisões	142.126	414.395	156.978	391.653
	598.924	680.603	488.429	877.672

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2012 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2011	Adições	Atualização	Utilização	31/12/2012
Fiscal	252.818	127.842	5.613	(65.490)	320.783
Previdenciário	61.541	1.552	2.858	(22.093)	43.858
Trabalhista	223.015	42.756	29.377	(49.174)	245.974
Cível	94.183	29.101	3.347	(16.716)	109.915
Ambiental	6.906		150		7.056
	638.463	201.251	41.345	(153.473)	727.586
					355.889
					292.178

Natureza	Controladora				
	Circulante				
	31/12/2011	Adições	Atualização	Utilização	31/12/2012
Fiscal	216.046	126.150	4.640	(52.229)	294.607
Previdenciário	39.480	981	2.858	(31)	43.288
Trabalhista	160.921	27.949	25.201	(34.232)	179.839
Cível	65.076	12.334	1.879	(5.155)	74.134
Ambiental	6.906		150		7.056
	488.429	167.414	34.728	(91.647)	598.924
					253.973
					225.997

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

(a) Ações fiscais

I - Imposto de renda e Contribuição social

Plano Verão - A CSN pleiteia o reconhecimento dos efeitos financeiro-fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido relativos ao expurgo inflacionário do IPC ocorrido em janeiro e fevereiro de 1989, de 51,87% ("Plano Verão").

Em 2004 o processo chegou ao fim tendo transitado em julgado a decisão que deferiu o direito de aplicação do índice de 42,72% (jan/89), devendo ser descontado deste índice os 12,15% já aplicados. Foi deferida também a aplicação do índice de 10,14% (fev/89). Atualmente o processo encontra-se em fase pericial.

Em 31 de dezembro de 2012 existe o montante de R\$ 348.969 (R\$ 345.676 em 31 de dezembro de 2011) depositado judicialmente, estando classificado em conta específica de depósitos judiciais no realizável a longo prazo e provisão de R\$ 20.892 (R\$ 20.892 em 31 de dezembro de 2011), que representa a parcela não reconhecida pelos tribunais.

II - Salário-educação

A CSN discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido a decisão desfavorável à CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram ajuizadas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém, a taxa SELIC, sendo apresentada, então Contrarrazões à Apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 24.077 (R\$ 33.121 em 31 de dezembro de 2011) e depositado judicialmente R\$ 46.193 (R\$ 36.189 em 31 de dezembro de 2011).

III - Outros

A CSN possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 97.157 (R\$ 102.965 em 31 de dezembro de 2011), o qual inclui acréscimos legais.

(b) Ações trabalhistas

O Grupo figura como ré, em 31 de dezembro de 2012 em 12.080 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$ 245.974 (R\$ 223.015 em 31 de dezembro de 2011). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença de multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2001 a 2003.

(c) Ações cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figuram como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo os matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$ 109.915 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 102.486 em 31 de dezembro de 2011).

(d) Outros

• Concorrencial

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a atuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei nº 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$ 65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

• Ambiental

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, principalmente, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$ 7.056 (R\$ 6.906 em 31 de dezembro de 2011).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este processo está classificado com grau de risco provável, mas não há um valor estimado para ditos pleitos, ante a iliquidez dos respectivos pedidos.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando dito processo classificado com grau de risco possível.

• Outros Processos Administrativos e Judiciais

O Grupo defende-se em outros processos administrativos e judiciais (fiscais, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais), no montante aproximado de R\$ 14.632.211, sendo R\$ 1.137.412 de processos trabalhistas e previdenciários, R\$ 615.291 de cíveis e R\$ 30.033 de ambientais. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quanto aos processos fiscais, estes representam o montante de R\$ 12.849.475 distribuídos conforme demonstrado abaixo:

- R\$ 1.968.138 referente a autos de infração lavrados contra a Companhia e sua controlada em conjunto Namisa por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior. Em face das recentes alterações na jurisprudência administrativa e judicial, nossos advogados externos classificam as chances de perda como possíveis.
- R\$ 6.079.359 referentes ao auto de infração lavrado em face da Companhia por ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controlada NAMISA para um consórcio de investidores nipo-coreanos, deixando assim de apurar e submeter à tributação o ganho de capital decorrente dessa operação. Tendo em vista os fundamentos que demonstram a não ocorrência dessa venda, nossos advogados externos classificam as chances de perda da Companhia como possíveis.
- R\$ 1.047.950 referentes ao auto de infração lavrado contra a NAMISA, concomitantemente ao auto de infração descrito no item "b" acima, por ter aproveitado, de maneira supostamente indevida, nos anos de 2009 a 2011, o ágio decorrente do investimento realizado pelo consórcio nipo-coreano na controladora direta da NAMISA, a qual veio a ser incorporada por esta. Face aos fundamentos que demonstram a legitimidade do aproveitamento do ágio e em razão da atual jurisprudência administrativa, nossos advogados externos classificam as chances de perda da NAMISA como possíveis.
- R\$ 3.754.028 referente a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais) e previdenciários.

17 PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

(a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2012 é mantida provisão no montante de R\$ 386.114 (R\$ 312.612 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$ 383.405 (R\$ 306.079 em 31 de dezembro de 2011) na controladora para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2012 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

(b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 27.326 (R\$ 24.327 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$ 17.082 (R\$ 15.148 em 31 de dezembro de 2011) na controladora.

18 SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Transações com Controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 47,86% de participação no capital votante.

A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 3,99% na CSN.

• Passivo

Empresas	Propostos		Pagos	
	Dividendos	Dividendos	Juros sobre Capital Próprio	
Vicunha Siderurgia	143.563	574.267		
Rio Iaco	11.974	47.897		
Total em 31/12/2012	155.537	622.164		
Total em 31/12/2011	622.164	777.706		184.987

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

- Vicunha Aços S.A. - detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.
- National Steel S.A. - detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.
- National Steel S.A. - detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.
- CFL Participações S.A. - detém participação de 40% na National Steel S.A. e 40% na Vicunha Steel S.A.
- Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 60% na National Steel S.A., 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

(b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos

• Ativo

Empresas	Consolidado			
	Contas a receber	Empréstimos/ Pré-pagamento (1)	Outros	Total
Controladas em Conjunto				
Nacional Minérios S.A.	72.929	125.938	2.908	201.775
MRS Logística S.A.	58			58
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura			4.476	4.476
CGPAR - Construção Pesada S.A.			13.854	13.854
Coligadas				
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		5.063		5.063
Total em 31/12/2012	72.987	131.001	21.238	225.226
Total em 31/12/2011	31.741	117.086		148.827

(1) Nacional Minérios S.A. - Refere-se a operações de Pré-Pagamento com as controladas indiretas CSN Europe, CSN Portugal e CSN Ibérica. Contrato em US\$: juros de 5,37% a.a. a 6,8% a.a. com vencimento final em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos totalizam R\$ 125.938 (R\$ 117.086 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$ 58 classificados no curto prazo (R\$ 1.537 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 125.880 classificados no longo prazo (R\$ 115.549 em 31 de dezembro de 2011).

Empresas	Controladora			
	Contas a receber (*)	Empréstimos (1)	Dividendos a receber	Instrumentos financeiros/ Investimentos (2)
Controladas				
CSN Islands VIII Corp.				237.525
Septetiba Tecon S.A.	287		16.701	
Mineração Nacional S.A.			95	
Florestal Nacional S.A.		181.595	26	
Estanho de Rondônia S.A.			850	
Cia. Metalic Nordeste	2.738	</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
Passivo

Empresas	Consolidado				Total
	Contas a pagar	Outras Obrigações Adiantamento de Clientes (4)	Empréstimos (1)	Fornecedores	
Controladas em Conjunto					
Nacional Minérios S.A.	5.728	3.374.528	28.603		3.408.859
MRS Logística S.A.	6.988			72	7.060
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura				3.796	3.796
CGPAR - Construção Pesada S.A.				2.454	2.454
Total em 31/12/2012	12.716	3.374.528	28.603	6.322	3.422.169
Total em 31/12/2011	8.966	3.270.663	25.567	7.085	3.312.281

(1) Nacional Minérios S.A. - Refere-se a empréstimo entre controladas indiretas Namisa Europe, Unipessoal Lda e CSN Europe Lda. Contrato em US\$: juros de 5,37% a.a. com vencimento final em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, o empréstimo totaliza R\$ 28.603 (R\$ 25.567 em 31 de dezembro de 2011).

Empresas	Empréstimos e financiamentos		Outras obrigações		Controladora		Total
	Pré-pagamento (1)	Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds (2)	Contas a pagar	Adiantamento de clientes (4)	Fornecedores		
Controladas							
CSN Islands VIII Corp.	1.405.574						1.405.574
Estanho Rondônia S.A.					10.514		10.514
Companhia Metalúrgica Prada			196		15.805		16.001
CSN Cimentos S.A.			333.778		132		333.910
Congonhas Minérios S.A.		1.379.719					1.379.719
CSN Europe Lda.		67.003					67.003
CSN Ibéria Lda.		50.303					50.303
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	209.852						209.852
CSN Resources S.A.	2.129.924	2.139.766	608.323				4.878.013
Outros (*)					304		304
Total em 31/12/2012	2.339.776	3.545.340	2.105.348	333.974	26.755	8.351.193	
Controladas em Conjunto							
Nacional Minérios S.A.			14.320	8.436.319			8.450.639
MRS Logística S.A.			10.471		110		10.581
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura					7.591		7.591
CGPAR - Construção Pesada S.A.					4.908		4.908
Total em 31/12/2012	2.339.776	3.545.340	2.105.348	358.765	8.436.319	12.609	16.824.912
Total em 31/12/2011	2.244.927	3.404.701	2.009.441	113.968	8.176.658	39.364	18.152.196

(1) Contratos em US\$ - CSN Portugal: juros de 6,15% a.a. com vencimento em maio de 2015.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 4,07% a.a. com vencimento para agosto de 2022.
 (2) Contratos em YEN - CSN Islands VIII: Juros de 5,65% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: Juros de 4,14% a.a. com vencimento em julho de 2015.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: *Intercompany bonds* juros de 9,125% a.a. com vencimento em junho de 2047.
 (3) Contratos em US\$ - CSN Europe: Libor semestral + 2,25% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: 2,01% e 2,50% a.a. com vencimento final em fevereiro de 2014.
 Contrato em US\$ - CSN Ibéria: *Libor* semestral + 3% a.a. com vencimento indeterminado.
 Contratos em R\$ - Congonhas Minérios: 110,79% do CDI a.a. com vencimento final em maio de 2018.
 (4) Nacional Minérios S.A. - O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se à obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

MRS Logística: Em outras contas a pagar registramos o montante provisionado para cobrir despesas contratuais de *block rates* e gatilho de combustível relativo ao contrato de transporte ferroviário.
 (*) Outros: Cia. Metalic Nordeste, Sepetiba Tecon e Companhia Brasileira de Latas.

Resultado

As principais operações da CSN com as controladas e controladas em conjunto são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, aço, prestação de serviços portuários, transportes ferroviários, assim como fornecimento de energia elétrica para as operações.

Empresas	Receitas			Despesas			Total
	Vendas	Juros	Total	Compras	Juros	Total	
Controladas em Conjunto							
Nacional Minérios S.A.	563.203	19.385	582.588	6.531	397.991	404.522	
MRS Logística S.A.				252.365		252.365	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura				33.721		33.721	
CGPAR - Construção Pesada S.A.				7.972		7.972	
Coligadas							
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		87	87				
Total em 31/12/2012	563.203	19.472	582.675	300.589	397.991	698.580	
Total em 31/12/2011	378.020	29.300	407.320	314.108	389.059	703.167	

Empresas	Receitas				Despesas				Total
	Vendas	Juros	Variáveis Cambiais	Total	Compras	Juros	Variáveis Cambiais	Total	
Controladas									
CSN Islands VIII Corp.					86.047	125.945		211.992	
International Investment Fund		62		62		1.771		1.771	
CSN Export Europe, S.L.		38.315		38.315					
CSN Steel S.L.U.		165.822		165.822					
Sepetiba Tecon S.A.	4.177			4.177	4.656			4.656	
Florestal Nacional S.A.		14.301		14.301					
Estanho de Rondônia S.A.					38.350			38.350	
Cia. Metalic Nordeste	41.683			41.683	908			908	
Companhia Metalúrgica Prada	1.110.307			1.110.307	51.719			51.719	
CSN Cimentos S.A.	126.949			126.949	26.219	28.447		54.666	
Congonhas Minérios S.A.						117.643		117.643	
CSN Energia S.A.				245.050				245.050	
Transnordestina Logística S.A.	321	8.287		8.608					
CSN Europe Lda.		24.587		24.587		100		100	
CSN Ibéria Lda.	12.083		18	12.101		1.351		1.351	
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	54.514			54.514	14.613	40.272		54.885	
Lusosider Aços Planos, S.A.		2.486		2.486					
CSN Resources S.A.					245.484	401.351		646.835	
CSN Handel GmbH	897.671		31.094	928.765					
Companhia Brasileira de Latas	94.281			94.281	2.733			2.733	
Total em 31/12/2012	2.341.986	22.650	262.322	2.626.958	369.635	493.685	569.339	1.432.659	
Controladas em Conjunto									
Nacional Minérios S.A.	1.408.009	48.461		1.456.470	16.327	994.978		1.011.305	
MRS Logística S.A.					378.185			378.185	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura						67.442		67.442	
CGPAR - Construção Pesada S.A.					15.944			15.944	
Total em 31/12/2011	1.408.009	48.461	1.456.470	477.898	994.978	1.472.876			
Coligadas									
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		87		87					
Fundos Exclusivos									
Diplic, Mugen e Vértice		72.746		72.746					
Total em 31/12/2012	3.749.995	143.944	262.322	4.156.261	847.533	1.488.663	569.339	2.905.535	
Total em 31/12/2011	3.791.250	62.327	117.779	3.971.356	723.790	1.403.082	610.135	2.737.007	

(c) Outras partes relacionadas não consolidadas
• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 28.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Ibis Participações e Serviços

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

• Companhia de Gás do Ceará

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

Os saldos das transações entre a Companhia e essas entidades estão demonstrados a seguir:

I. Ativo e Passivo

Empresas	Ativo			Passivo		
	Contas a receber	Empréstimos (1) / Bancos	Ativo Atuarial	Total	Contas a Pagar	Passivo Atuarial
CBS Previdência (Nota 28)			93.546	93.546	26	17.939
Fundação CSN	1.828	903		2.731	88	88
Banco Fibra		72		72		
Usiminas	10.802			10.802	52	52
Panatúntica	31.981			31.981		
Companhia de Gás do Ceará					53	53
Total em 31/12/2012	44.611	975	93.546	139.132	219	17.939
Total em 31/12/2011	54.871	72	93.546	148.489	531	11.673

(1) Fundação CSN - Contrato em R\$: Juros de 102% CDI com vencimento final para junho 2016. Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos totalizam R\$ 903 sendo R\$ 154 classificados no curto prazo e R\$ 749 classificados no longo prazo.

II. Resultado

Empresas	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros	Receita com Fundo de Pensão	Total	Despesa com Fundo de Pensão	Compras/Outras despesas
CBS Previdência			36.355	36.355	11.618	11.618
Fundação CSN		3		3		2.048
Usiminas	79.571			79.571		1.692
Panatúntica	377.646			377.646		
Ibis Participações e Serviços						7.255
Companhia de Gás do Ceará						2.187
Total em 31/12/2012	457.217	3	36.355	493.575	11.618	13.182
Total em 31/12/2011	575.167	3	36.355	611.525	51.595	24.800

(d) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de dezembro de 2012.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	30.539	28.226		
Benefícios pós-emprego	115	91		
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a		
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a		
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a		
Total	30.654	28.317		

n/a - Não aplicável.

(e) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
i. Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 4.540.000 (R\$ 1.680.947 em 31 de dezembro de 2011) dividido em 1.457.970.108 (1.457.970.108 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

ii. Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2012 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

iii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

iv. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

v. Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2012, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,86%	697.719.990	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,99%		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outras receitas operacionais				
Venda ações Riversdale (Nota 9)		698.164		
Alienação de títulos				116.336
Reversão Passivo Atuarial/Provisão Ativo Atuarial	43.749		43.049	
Reversão de provisões	1.953	3.091	36.033	
Dividendos recebidos terceiros	301	14.199		2.790
Outras receitas		3.723		13.894
	46.003	719.177	79.082	133.020
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(94.846)	(37.499)	(14.939)	(7.881)
Efeito REFIS Lei nº 11.941/09 e MP 470/09		(16.119)		(16.119)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cívicas e ambientais líquidas das reversões	(280.113)	(75.823)	(261.249)	(61.612)
Multas contratuais e indutíveis	(61.396)	(45.537)	(70.624)	(54.837)
Depreciação de equipamentos paralisados	(14.797)	(33.674)	(13.590)	(31.251)
Valor residual de bens permanentes baixados	(5.246)	(62.917)	(3.617)	(5.367)
Perdas estimadas em estoques	(16.082)	(22.203)	(12.530)	(17.318)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(61.053)	(42.050)	(56.523)	(42.021)
Despesa plano de pensão	(5.256)	(62.313)	(5.218)	(58.044)
Despesa plano de saúde (Nota 28 e)	(51.234)	(42.306)	(51.203)	(42.318)
Ajuste de perda pelo valor recuperável		(60.861)		
Impairment ativos disponíveis para venda (Nota 13 II)	(2.022.793)		(1.245.024)	
Amortização alocação preço de compra - combinação de negócios	(60.745)			
Outras despesas	(45.812)		(32.759)	
	(2.719.373)	(501.302)	(1.767.276)	(336.768)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(2.673.370)	217.875	(1.688.194)	(203.748)

25 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (Nota 18 b e c)	19.475	29.300	143.947	62.327
Rendimentos sobre aplicações financeiras	237.865	538.882	10.187	79.997
Efeito REFIS Lei nº 11.941/09 e MP 470/09, líquidos	115.457		115.457	
Outros rendimentos	43.984	149.268	17.936	113.114
	416.781	717.450	287.527	255.438
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(709.688)	(639.197)	(75.199)	(91.840)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.550.942)	(1.622.365)	(1.187.544)	(1.225.789)
Partes relacionadas (Nota 18 b)	(397.991)	(389.059)	(1.488.663)	(1.403.082)
Juros Capitalizados (Notas 10 e 32)	409.498	353.156	276.596	248.012
Perdas com derivativos (*)	(9.166)	(20.594)	(9.166)	(20.594)
Efeito REFIS Lei nº 11.941/09 e MP 470/09, líquidos		(77.335)		(77.335)
Juros, multas e moras fiscais	(158.936)	(264.359)	(149.351)	(255.831)
Outras despesas financeiras	(177.715)	(224.168)	(145.501)	(167.959)
	(2.594.940)	(2.883.921)	(2.778.828)	(2.994.418)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias	(144.446)	(37.451)	(89.438)	(10.258)
Variações cambiais	326.009	286.074	(452.665)	(784.286)
Variações cambiais com derivativos (*)	4.191	(87.955)		
	185.754	160.668	(542.103)	(794.544)
Resultado financeiro líquido	(1.992.405)	(2.005.803)	(3.033.404)	(3.533.524)

(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos

Swap dólar x real	17.065	(115.490)		
Swap euro x dólar	(5.116)	9.574		
Swap dólar x euro	(8.065)	16.501		
Swap iene x dólar	307	1.460		
	4.191	(87.955)		
Swap Libor x CDI	(9.166)	(20.594)	(9.166)	(20.594)
	(9.166)	(20.594)	(9.166)	(20.594)
	(4.975)	(108.549)	(9.166)	(20.594)

26 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

• Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Para 2013, está previsto o início da produção de aços longos. Com uma produção inicial de 500 mil toneladas consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

• Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas - MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A. (ERSA), empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• Logística

i. Ferroviária

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística S.A., que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

(a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Acominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados a exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

(b) Transnordestina Logística

Juntos, a CSN e o Governo Federal estão investindo na implantação do Projeto Transnordestina para construção de cerca de 1.728 km de novas linhas. As obras incluem ainda a complementação e renovação de parte da infraestrutura (ou linhas) da concessão da Transnordestina Logística que será ampliada dos cerca de 2.600 km em operação atualmente, para aproximadamente 4.300 km operacionais.

A Transnordestina Logística S.A. possui uma concessão de 30 anos concedida em 1998 para operar o sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

O projeto aumentará a capacidade de transporte da Transnordestina Logística em 20 vezes, igualando-a ao patamar das ferrovias mais modernas do mundo.

Com a nova configuração a Transnordestina se tornará a melhor opção logística para exportação de grãos através dos portos de Pecém e Suape, bem como de outros granéis sólidos como minério de ferro da Região Nordeste, tendo papel importante no desenvolvimento da região.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento a qual utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

	31/12/2012						Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento		
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	5.828.718	20.181.321				1.972.020		
Receitas								
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(530.657)	10.495.641
Mercado externo	2.324.038	3.772.104					304.481	6.400.623
	10.802.282	4.485.549	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(226.176)	16.896.264
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(8.867.820)	(2.449.839)	(82.585)	(729.684)	(153.031)	(286.316)	497.069	(12.072.206)
Lucro Bruto	1.934.462	2.035.710	68.929	337.072	75.636	101.356	270.893	4.824.058
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(616.976)	(59.404)	(20.482)	(95.246)	(21.792)	(68.195)	(625.944)	(1.508.039)
Depreciação (Nota 10 b)	750.507	190.019	6.653	139.386	17.238	26.902	85.149	1.215.854
EBITDA ajustado	2.067.993	2.166.325	55.100	381.212	71.082	60.063	(269.902)	4.531.873

	31/12/2012						Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento		
Vendas por área geográfica								
Ásia	30.495	2.971.131					239.707	3.241.333
América do Norte	585.505	16.589					3.381	605.475
América Latina	203.069							203.069
Europa	1.491.195	784.384					71.268	2.346.847
Outras	13.774						(9.875)	3.899
Mercado externo	2.324.038	3.772.104					304.481	6.400.623
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(530.657)	10.495.641
Total	10.802.282	4.485.549	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(226.176)	16.896.264

	31/12/2011						Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento		
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.895.581	23.849.514				1.754.596		
Receitas								
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	10.141.916
Mercado externo	1.287.274	5.021.814					68.580	6.377.668
	9.477.737	5.855.958	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(496.216)	16.519.584
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(7.038.168)	(2.185.149)	(85.474)	(667.186)	(105.497)	(268.432)	549.062	(9.800.844)
Lucro Bruto	2.439.569	3.670.809	57.304	355.699	77.995	64.518	52.846	6.718.740
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(471.003)	(63.967)	(18.303)	(90.020)	(25.408)	(67.712)	(443.280)	(1.179.693)
Depreciação (Nota 10 b)	606.810	161.655	5.674	105.454	22.495	23.222	4.058	929.368
EBITDA ajustado	2.575.376	3.768.497	44.675	371.133	75.082	20.028	(386.376)	6.468.415

	31/12/2011						Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento		
Vendas por área geográfica								
Ásia	31.255	4.188.229					61.774	4.281.258
América do Norte	502.486							502.486
América Latina	147.363							147.363
Europa	560.880	833.585					24.120	1.418.585
Outras	45.290						(17.314)	27.976
Mercado externo	1.287.274	5.021.814					68.580	6.377.668
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	10.141.916
Total	9.477.737	5.855.958						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido.

Plano CBSPrev Namisa

Iniciado em 06 de janeiro de 2012, é um plano de contribuição definida, com uma pequena parcela de benefício definido. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) por um percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) na forma de pagamento único, e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, ou (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

(b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

(c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*.

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
	Ativo Atuarial (*)	Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	93.546	17.939	11.673
Benefícios de saúde pós-emprego		547.652	457.377
	93.546	565.591	469.050

(*) A partir de 2012, a Companhia optou por registrar em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial dos planos superavitários, de acordo com o item 59 do CPC 33 - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*.

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.666.261	2.153.649
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)
Déficit/(Superávit)	(257.222)	(230.801)
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	181.615	174.926
Passivo/(Ativo) Líquido	(75.607)	(55.875)
Passivos	17.939	11.673
Ativos	(93.546)	(67.548)
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(75.607)	11.673

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.153.649	1.982.556
Custo do serviço	5.801	5.579
Custo dos juros	215.850	202.242
Benefícios pagos	(193.563)	(178.402)
Perda/(ganho) atuarial	484.524	141.674
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.666.261	2.153.649

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	(2.384.450)	(2.316.018)
Retorno esperado dos ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições dos patrocinadores	(3.797)	(67.709)
Contribuições dos participantes		
Benefícios pagos	193.563	178.402
Ganhos/(perdas) atuariais	(456.393)	81.038
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(2.923.483)	(2.384.450)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Custos de serviços correntes	5.801	5.579
Custos de juros	215.850	202.242
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(3.797)	(67.709)
	(54.552)	(120.051)
Total dos custos/(receita) não reconhecida (*)	(37.477)	(16.374)
Total dos custos/(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(17.075)	(103.677)
Total dos custos/(receitas), líquidos	(54.552)	(120.051)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 - Benefícios a empregados IAS 19 - *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
(Ganhos) e perdas atuariais	28.131	222.712
Restrição devido à limitação de recuperação	6.688	(105.655)
	34.819	117.057
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.657)	28.048
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos (*)	37.476	89.009
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	34.819	117.057

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.666.261	2.153.649	1.982.556	1.731.767	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)	(2.160.158)	1.396.350
Déficit/(Superávit)	(257.222)	(230.801)	(333.462)	(428.391)	(18.679)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	484.524	141.674	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	456.393	(81.038)	40.669	664.341	

29 AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Transnordestina	R\$	Até 08/05/2028 e indeterminado	1.626.509	1.358.657	1.800	1.800	4.866	7.686	1.633.175
CSN Cimentos	R\$	Até 18/11/2014 e indeterminado			25.403	30.213	42.397	30.097	67.800
Prada	R\$	Até 07/02/2014 e indeterminado			10.133	9.958	21.616	2.440	31.749
Sepetiba Tecon	R\$			700					700
Itá Energética	R\$	15/09/2013	7.326	7.326					7.326
CSN Energia	R\$	Até 30/12/2012 e indeterminado			4.192	2.392		2.336	4.192
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2018	2.000.000	2.000.000					2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado		1.003					1.003
Total em R\$			3.634.838	3.366.683	41.528	44.363	68.879	42.559	3.745.245
CSN Islands VIII	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.000.000					1.200.000
Total em US\$			3.900.000	3.700.000					3.900.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000
Total em EUR			120.000	120.000					120.000
Total em R\$			8.218.991	6.940.460	41.528	44.363	68.879	42.559	8.218.991
			11.853.829	10.307.143	41.528	44.363	68.879	42.559	11.964.236

30 COMPROMISSOS
(a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período					Total	
			2011	2012	2013	2014	2015		Após 2015
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	153.870	142.190	131.271	131.271	131.271	65.635	459.448
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos.	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	17.606	68.248	58.762	58.762	58.762	24.484	200.770
(*) MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros reductores.	41.463	23.334					
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	1.324	734	69.817				69.817
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de clínquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.	1.648	2.733	27.300	27.300	27.300	118.301	200.201
(*) ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	14.774	11.894					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período		2013	2014	2015	Após 2015	Total
			2011	2012					
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	102.274	110.999	110.113	110.113	110.113	110.113	440.452
(*) CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural.	432.449	441.804					
Vale S.A.	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de <i>take or pay</i> ocorre a cada 18 meses.	349.797	444.642	132.302	88.201			220.503
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	16.884	18.874	15.058	15.058	15.058	135.522	180.696
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	13.378	15.202	7.487	7.487	7.487	39.934	62.395
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	6.186	7.585	7.074	7.074	7.074	51.285	72.507
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metálicos e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/ton) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	39.739	40.506	30.000	15.000			45.000
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções <i>off-line</i> e <i>on-line</i> dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ton de placa de aço produzida.	38.817	46.424	19.622				19.622
(*) Encontra-se em fase de renegociação.									
			1.230.209	1.375.169	608.806	460.266	357.065	545.274	1.971.411

(b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2012, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	86.322	86.322	86.322	884.804	1.143.770
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	7.011	7.011	7.011	80.039	101.072
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	117.913	125.922	125.922	881.455	1.251.212
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	23.838	23.838	23.838	238.384	309.898
		235.084	243.093	243.093	2.084.682	2.805.952

(c) Projetos e outros compromissos

Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas. Além dessa usina, a CSN avalia a opção de desenvolvimento no Brasil de outros projetos similares, também com capacidade de 500.000 toneladas a.a. cada um.

Projeto de minério de ferro

A CSN projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro, sendo 50 Mtpa oriundas de Casa de Pedra e 39 Mtpa na Namisa. Além disso, a CSN está investindo na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 84 Mtpa.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Os investimentos estão sendo financiados por meio de várias agências, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o BNDES. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

A Companhia garante os empréstimos da Transnordestina do BNDES, totalizando R\$ 410.675 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 392.874 em 31 de dezembro de 2011). Esses empréstimos são para fins de financiamento dos investimentos em infraestrutura da Transnordestina. O valor máximo para pagamentos futuros que poderá ser exigido ao avalista conforme a garantia é de R\$ 410.675.

Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31 SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2012, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2012 a 30 de junho de 2013. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 500.000.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa e CSN Cimentos. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 300.000.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado	Controladora
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social pagos	165.304	165.321
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	409.498	353.156
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa		276.596
		377.804
	574.802	654.400
		347.610

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação do CADE referente a aquisição da CBL pela Prada

Em 20 de fevereiro de 2013 o ato de concentração relativo a aquisição de controle da Companhia Brasileira de Latas ("CBL") pela Companhia Metalúrgica Prada ("Prada") foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sem restrições e por unanimidade.

Emissão Nota de Crédito à Exportação

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia emitiu Nota de Crédito à Exportação no montante total de R\$ 345.000.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		COMITÊ DE AUDITORIA	
BENJAMIN STEINBRUCH Presidente	JACKS RABINOVICH Vice-Presidente	BENJAMIN STEINBRUCH Diretor Presidente	DAVID MOISE SALAMA Diretor Executivo de Relações com Investidores	FERNANDO PERRONE ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS YOSHIKI NAKANO	
Conselheiros ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS FERNANDO PERRONE RUBENS DOS SANTOS YOSHIKI NAKANO		ENÉAS GARCIA DINIZ Diretor Executivo	JOSE TARAGANO Diretor Executivo	CONTADORES	
		LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ Diretor Executivo	JUAREZ SALIBA DE AVELAR Diretor Executivo	ROGERIO LEME BORGES DOS SANTOS Diretor de Controladoria Contador - CRC 1SP174860/O-2 JOÃO LAURIANO BERNARDO Gerente de Contabilidade Geral Contador - CRC 1SP123598/O-0	
		TUFI DAHER FILHO Diretor Executivo			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo- SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não contém nenhuma modificação.

São Paulo, 26 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9